



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

OS "mass-media" na UNESCO
(19.ª e 20.ª Conf. Gerais)

Fundação Cuidar o Futuro
c/ MP embaixadora de
Portugal e membro do CEx

I - A 19.ª Conferência Geral em Nairobi (Out., Nov., Dez. 1976)

1. O ponto 69 da ordem do dia dizia respeito à "Declaração sobre os mass-media e a sua contribuição para a paz e a compreensão internacional, para a promoção dos direitos humanos e para a luta contra o racismo, o "apartheid" e o belicismo".

A Declaração resultava de uma decisão da 18.ª Conferência Geral que tivera a oposição dos EUA e de alguns países ocidentais.

Os meses que precederam a Conferência de Nairobi foram preenchidos, no grupo dos ocidentais, com a discussão não tanto do projecto de declaração nos seus aspectos culturais e técnicos mas no seu significado na relação de forças entre o Norte e o Sul.

2. Durante a Conferência de Nairobi manteve-se o assunto sempre em discussão nos vários grupos regionais. A oposição dos EUA tornou-se entretanto extremamente forte. Ao mesmo tempo, começava a tornar-se claro que nesta questão estavam incluídos dois problemas: por um lado, aquele que o próprio título do projecto de declaração indica; por outro, as desigualdades nos fluxos de informação entre o Norte e o Sul.

Qualquer dos dois problemas aparecia mal delineado e insuficientemente estudado.

3. A minha opinião era totalmente desfavorável ao projecto de Declaração por razões de substância. Tratava-se de um tipo de discurso "moralizante" para os profissionais da comunicação social e sem qualquer valor cultural, uma vez que os problemas de fundo trazidos pelos "mass-media" à sociedade contemporânea não eram adequadamente abordados.



4. A intervenção portuguesa foi um dos elementos que contribuíram, na Comissão III do Programa, para a viragem de estratégia dos Estados-membros que não cediam na sua exigência de uma votação sobre o projecto de Declaração apresentado.

Várias delegações governamentais tomaram a palavra para apoiar as críticas e as sugestões feitas por Portugal. E as Organizações Não-Governamentais - tendo como porta-voz a Organização Internacional Católica para a Rádio e a Televisão - fizeram seu o texto da intervenção portuguesa, tendo prescindido, em alguns casos, do direito a fazerem as suas próprias intervenções para darem o seu apoio ao ponto de vista expresso pela delegação portuguesa. (cf Anexo A)

5. Com o estímulo de vários colegas (quer do grupo ocidental quer do grupo dos 77) decidi intervir no Plenário sobre este ponto, com o objectivo claro de fazer ouvir uma voz que não fosse a dos interesses em confronto.

Neste sentido, pedi a inclusão nas actas do Plenário da minha intervenção na Comissão III do Programa.

Complementarmente - e apenas como sinal do desejo de colaboração com o Director-Geral - propus duas emendas ao projecto existente, caso ele viesse a ser votado. (cf Anexo B)

II - A criação da comissão McBride

1. No seguimento das orientações dadas pela 19.ª Conf. Geral, o Director-Geral criou a Comissão McBride com um amplo mandato no domínio dos "mass-media".
2. No entanto, o Director-Geral nunca referiu os trabalhos da Comissão ao Conselho Executivo perante o qual é estatutariamente responsável.

Interpelado por mim e por alguns outros membros "independentes" do Conselho Executivo, o Director-Geral respondeu dizendo que a Comissão tinha sido criada para o assistir a ele e que, por isso, não tinha que dar contas ao Conselho... (Neste incidente começou de facto a luta aberta entre os EUA e o DG.)



III - A 20.ª Conferência Geral em Paris

1. Perante a 20.ª Conf. Geral apareceram dois documentos fundamentais:
 - um novo projecto de Declaração sobre os "mass-media"
 - o relatório da Comissão McBride

2. Cada um destes documentos teve tratamento diferente, em conformidade com as decisões internas do grupo ocidental e com as negociações entre os grupos regionais. Assim:
 - o projecto de Declaração foi unicamente objecto de negociações entre os grupos:
 - . por um lado, os EUA, com algum eco em países ocidentais como a Suíça
 - . por outro lado, os 77, tendo como intérprete o ex-Ministro da Informação da Tunísia
 - o relatório McBride foi objecto das intervenções dos vários países tendo constituido ao longo da Conf. G. a ponta visível do "ice-berg"...

3. Não houve qualquer votação sobre a Declaração:
 - o texto final foi acordado no "grupo de redacção e concertação" em que desempenhou papel preponderante o representante norueguês, membro do Conselho Executivo; do lado dos EUA, não haveria dissonância em relação ao Consenso conseguido sobre o texto negociado; do lado dos 77, seria aceite o compromisso dos EUA em contribuirem de forma substancial para a formação de profissionais dos "mass-media" do Terceiro Mundo;
 - a maioria dos países que quiseram exprimir uma opinião de fundo sobre a questão, fizeram-no no debate geral.

4. O debate sobre o relatório McBride, embora não carecesse de qualquer voto, foi a ocasião estrategicamente escolhida por muitas delegações para afirmarem sem equívocos a sua posição sobre a questão dos "mass-media".
Foi essa a minha posição. (cf. Anexo C)

des. P. H. S. L. G.
17 Março 84





General Conference **Генеральная конференция**

Nineteenth Session,

Девятнадцатая сессия

Nairobi 1976

Conférence générale Conferencia General

Dix-neuvième session,

19a. reunión,

VI/36 prov.

المؤتمر العام
الدورة التاسعة عشرة

Provisional Verbatim Record

**Thirty-sixth plenary meeting
Monday 29 November 1976 at 10.30 a.m.**

*Compte rendu in extenso
provisoire*

**Trente-sixième séance plénière
lundi 29 novembre 1976 à 10 h. 30**

Acta literal provisional

**Trigésimosexta sesión plenaria
lunes 29 de noviembre de 1976 a las 10.30**

*Предварительные
стенографические отчеты*

**Тридцать шестое пленарное заседание
в понедельник 29 ноября 1976 г. в 10ч. 30 мин.**

المحضر الخرفي المؤقت

الجمهورية العربية السورية
الأثنين ٢٩ نوفمبر / تشرين الثاني ١٩٧٦ الساعة صباحا

*President / Président / Presidente
Председатель / الرئيس*

Mr. TAAITTA TOWEET (Kenya)



This record is provisional. Corrections should be communicated in writing to the Secretariat of the Conference (Office 109, first floor) within 48 hours of the time of its distribution, after which period the record will be considered definitive.

Le présent compte rendu est provisoire. Prière de remettre par écrit toute correction au Secrétariat de la Conférence (bureau 109, 1er étage) dans les 48 heures qui suivront la distribution de ce document; passé ce délai, le compte rendu sera considéré comme définitif.

Esta acta es provisional. Se ruega a los señores delegados que entreguen a la Secretaría de la Conferencia (Despacho n° 109, primer piso), antes de las 48 horas, las correcciones que deseen incluir en el acta. Pasado este plazo, se considerará el acta como definitiva.

Этот краткий отчет является предварительным. Просьба направлять в письменной форме все исправления в Секретариат Конференции (Бюро 109, 1-й этаж) не позже, чем через 48 часов после распространения этого документа; краткий отчет будет считаться окончательным по истечении этого срока.

هذا المحضر مؤقت. والمرجو ابلاغ سكرتارية المؤتمر (المكتب ١٠٩ - الطابق الأول) كتابة بأي تصحيح خلال ٤٨ ساعة من وقت توزيع هذه الوثيقة. وسيعتبر المحضر نهائيا بعد انقضاء هذه المهلة.



SUMMARY/ SOMMAIRE/ SUMARIO/Содержание / ملخص

Announcement by the President

Unesco's contribution to peace and its tasks with respect to the promotion of human rights and the elimination of colonialism and racialism (item 9 of the agenda), and long-term programme of measures whereby Unesco can contribute to the strengthening of peace (item 10 of the agenda) (continued): Text submitted by the Drafting and Negotiation Group

Draft declaration on fundamental principles governing the use of the mass media in strengthening peace and international understanding and in combating war propaganda, racism and apartheid (item 69 of the agenda): Text submitted by the Drafting and Negotiation Group

Annex I to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting

Annex II to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting

Annex III to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting

Annex IV to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting

Communication du Président

Contribution de l'Unesco à la paix et tâches de l'Unesco en ce qui concerne la promotion des droits de l'homme et l'élimination du colonialisme et du racisme (point 9 de l'ordre du jour), et Programme à long terme de contributions de l'Unesco au maintien de la paix (point 10 de l'ordre du jour) : texte présenté par le Groupe de rédaction et de négociation (suite)

Projet de déclaration concernant les principes fondamentaux d'emploi des moyens de grande information en vue du renforcement de la paix, de la compréhension internationale et de la lutte contre la propagande belliciste, le racisme et l'apartheid (point 69 de l'ordre du jour) : texte présenté par le Groupe de rédaction et de négociation

Annexe I au compte rendu in extenso de la trente-sixième séance plénière

Annexe II au compte rendu in extenso de la trente-sixième séance plénière

Annexe III au compte rendu in extenso de la trente-sixième séance plénière

Annexe IV au compte rendu in extenso de la trente-sixième séance plénière

Comunicación del Presidente

La contribución de la Unesco a la paz y funciones de la Unesco en relación con

la promoción de los derechos humanos y la liquidación del colonialismo y del racismo (punto 9 del Orden del Día) y Programa a largo plazo de contribución de la Unesco al mantenimiento de la paz (punto 10 del Orden del Día): Texto presentado por el Grupo de Redacción y Negociación (continuación)

Proyecto de declaración relativa a los principios fundamentales que rigen el empleo de los grandes medios de información a fin de robustecer la paz y la comprensión internacional y la lucha contra la propaganda



belicista, el racismo y el "apartheid" (punto 69 del Orden del Día);

Texto presentado por el Grupo de Redacción y Negociación

Anexo I al acta literal de la trigésimo sexta sesión plenaria

Anexo II al acta literal de la trigésimo sexta sesión plenaria

Anexo III al acta literal de la trigésimo sexta sesión plenaria

Anexo IV al acta literal de la trigésimo sexta sesión plenaria

Сообщение Председателя

Вклад ЮНЕСКО в дело мира и ее задачи по содействию осуществлению прав человека и ликвидации колониализма и расизма (пункт 9 повестки дня), и долгосрочная программа мероприятий ЮНЕСКО по содействию укреплению мира (пункт 10 повестки дня): текст представлен Группой по редактированию и согласованию (продолжение)

Проект Декларации об основных принципах использования средств массовой информации для укрепления мира, международного взаимопонимания и для борьбы с пропагандой войны, с расизмом и апартеидом (пункт 69 повестки дня): текст представлен Группой по редактированию и согласованию

Приложение I к стенографическому отчету тридцать шестого пленарного заседания

Приложение II к стенографическому отчету тридцать шестого пленарного заседания

Приложение III к стенографическому отчету тридцать шестого пленарного заседания

Приложение IV к стенографическому отчету тридцать шестого пленарного заседания

بيان من الرئيس
اسهام اليونسكو في اقرار السلام ومهامها فيما يتعلق بتعزيز حقوق الانسان وازالة الاستعمار والعنصرية (البند ٩ من جدول الاعمال) ، والبرنامج طويل الأجل لاسهام اليونسكو في صون السلام (البند ١٠ من جدول الاعمال) : النص مقدم من فريق الصياغة والتفاوض . (تابع)
مشروع اعلان بشأن المبادئ الأساسية لاستخدام وسائل اعلام الجماهير في دعم السلام والتفاهم الدولي وفي مكافحة الدعاية للحرب ومناهضة العنصرية والتفرقة العنصرية (البند ٦٩ من جدول الاعمال) : النص مقدم من فريق الصياغة والتفاوض

الملحق (١) بالمحضر الحرفي للجلسة العامة السادسة والثلاثين

الملحق (٢) بالمحضر الحرفي للجلسة العامة السادسة والثلاثين

الملحق (٣) بالمحضر الحرفي للجلسة العامة السادسة والثلاثين

الملحق (٤) بالمحضر الحرفي للجلسة العامة السادسة والثلاثين



ANNOUNCEMENT BY THE PRESIDENT

1.

The PRESIDENT:

Good morning ladies and gentlemen. First, I must announce to you that a tragic accident has taken place. The train travelling from Mombasa to Nairobi last night lost some of its coaches which fell into a river. We have no further particulars yet. I express deep regret over this tragic accident. Before we proceed, I would ask the Director-General to say one or two things in that connexion.

2.

Le DIRECTEUR GENERAL :

Je vous remercie, Monsieur le Président. Monsieur le Président, je pense que tous les délégués ici présents s'associeront au Secrétariat pour dire au peuple du Kenya combien nous déplorons l'accident ferroviaire qui vient de survenir. Comme vous l'avez dit, Monsieur le Président, nous ne connaissons pas encore la gravité de cet accident, mais ce dont nous sommes sûrs, c'est que des délégués à la Conférence générale et des membres du Secrétariat se trouvaient dans le train. Nous avons pris des dispositions pour qu'un fonctionnaire de l'Organisation se rende immédiatement en hélicoptère sur les lieux de l'accident afin d'aider les délégués et les membres du personnel qui seraient encore sur place à regagner le plus rapidement possible Nairobi. Nous voudrions demander aux délégations qui pensent que certains de leurs membres pourraient se trouver dans le train d'indiquer leurs noms - le Secrétaire va vous dire comment le faire - pour que nous puissions prendre contact avec eux et vous donner des nouvelles très rapidement. L'hélicoptère devrait décoller dans quelques minutes et M. Fobes va s'occuper, avec nos collègues du Secrétariat, du transport éventuel du lieu de l'accident à Nairobi des délégués et des membres du personnel. Un certain nombre de wagons ont été submergés et on espère qu'il n'y aura pas de délégués ou de fonctionnaires dans ces wagons, mais nous n'avons aucune certitude. Nous ne pourrions nous rendre compte de la situation que lorsque nous aurons été sur place. M. Stepanek va maintenant vous indiquer comment vous pourriez aider le Secrétariat à entreprendre les vérifications nécessaires. Je vous remercie, Monsieur le Président.

3.

The PRESIDENT:

May I call upon the Secretary to tell you how we are to proceed.

4.

Le SECRETAIRE :

Merci, Monsieur le Président. Comme on vient de vous le dire, il nous faut établir aussi rapidement que possible la liste des personnes participant à la Conférence générale, qui sont présumées être dans le train. Je demanderai donc aux délégations de bien vouloir envoyer tout de suite un de leurs membres à la salle de presse, au bureau 106, pour donner par écrit si possible, les noms des personnes qui pourraient se trouver dans le train. Merci, Monsieur le Président.

5.

The PRESIDENT:

I thank the Secretary for those practical instructions.

UNESCO'S CONTRIBUTION TO PEACE AND ITS TASKS WITH RESPECT TO THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS AND THE ELIMINATION OF COLONIALISM AND RACIALISM (item 9 of



the agenda) AND LONG-TERM PROGRAMME OF MEASURES WHEREBY UNESCO CAN CONTRIBUTE TO THE STRENGTHENING OF PEACE (item 10 of the agenda): TEXT SUBMITTED BY THE DRAFTING AND NEGOTIATION GROUP

6.1 The PRESIDENT:

Ladies and gentlemen, we now go on to the agenda for today. You will see from the Journal that we have several items to deal with.

6.2 First we must take up item 9 for which the document is 19 C/PLEN/DR.18, and upon which there was a motion of closure on Saturday. Before we actually take the vote I will call upon the Chairman of the Drafting and Negotiation Group, Mr. Boissier-Palun, to refresh our minds as to the substance of our discussions on Saturday.

7.1 M. BOISSIER-PALUN (Bénin), président du Groupe de rédaction et de négociation :
Merci, Monsieur le Président. Je voudrais rappeler qu'un certain nombre d'amendements proposés à la séance de samedi matin ont été acceptés par le Groupe de rédaction et de négociation. Je vais rappeler brièvement ces amendements, ainsi que ceux que le Groupe n'a pu accepter et qui devront être mis aux voix.

7.2 Le premier amendement accepté concerne l'alinéa 8 du préambule de la partie I du projet de résolution. Cet alinéa se lit désormais comme suit : "Consciente que le colonialisme, le néo-colonialisme, le racisme sous toutes ses formes et dans toutes ses manifestations, l'apartheid, l'agression, l'occupation étrangère et la politique d'ingérence dans les affaires intérieures des Etats opposent de sérieux obstacles à l'exercice du droit de l'homme à vivre dans la dignité et la liberté".

7.3 Le paragraphe 11 sur proposition de la délégation de la Chine, est supprimé.

7.4 A l'alinéa (b) du dispositif de la section A de la partie I, il faudrait insérer vers la fin du paragraphe, après les mots "à mettre fin aux occupations militaires et assurer l'indépendance, la souveraineté et l'intégrité territoriale des Etats", les mots "et la non-ingérence dans les affaires intérieures des Etats", le reste du texte restant sans changement.

7.5 Dans la section C, après "Invite le Directeur général à rendre compte de l'application", il faut insérer les mots "de la section B", avant "de la présente résolution à la vingtième session de la Conférence générale".

7.6 Le septième considérant de la partie II devant être rédigé ainsi "Prenant acte de la déclaration faite par le Directeur général sur les problèmes relatifs aux droits de l'homme dans son introduction au débat de politique générale", le reste étant sans changement.

7.7 Au paragraphe 10, il faut insérer les mots "au Directeur général dans les domaines de la compétence de l'Organisation", avant les mots "que des mesures particulières soient prises à l'égard des violations des droits de l'homme...".

7.8 Le texte de l'alinéa (a) du septième paragraphe du dispositif de la partie II devrait s'arrêter sur les mots "dans les domaines de compétence de l'Unesco".

7.9 A l'alinéa (b), il faut insérer après "l'exercice des droits de l'homme" et avant "afin de rendre son action plus efficace" les mots "dans les domaines relevant de sa compétence".



- 7.10 Au début de l'alinéa (c), conformément à une suggestion du Directeur général modifiée par le délégué des Pays-Bas, le mot "établir" est remplacé par "continuer de maintenir", le reste est sans changement.
- 7.11 Toujours au septième paragraphe du dispositif, il faut ajouter un nouvel alinéa (d) ainsi conçu "faire rapport à la vingtième session de la Conférence générale sur l'application de la présente résolution" ; il s'agit du membre de phrase supprimé à l'alinéa (a).
- 7.12 Toutes les modifications que je viens de rappeler ont été acceptées par le Groupe de rédaction et de négociation et font désormais partie intégrante du texte qui vous est présenté. Les autres propositions d'amendements sont celles qui émanent de la délégation de la Chine qui devront donner lieu à un vote. Les propositions tendant à supprimer, dans la partie I du projet de résolution les troisième, quatrième, cinquième, sixième et huitième considérants. Au douzième considérant la délégation chinoise demande de supprimer, après "à la cause de la paix", les mots "et de la détente internationale". Enfin, elle demande de supprimer dans la partie du dispositif, dans la section A de la partie I, les alinéas (a) et (b) du dispositif. Enfin, dans la partie B, la délégation chinoise propose de supprimer le sous-paragraphe (b). Enfin, la délégation chinoise a proposé de remplacer le huitième considérant - dont, comme je viens de le dire, elle demande la suppression - par un nouveau texte qu'elle a communiqué au Secrétariat.
- 7.13 Voilà, Monsieur le Président, il nous reste maintenant à voter sur ces amendements, puis sur l'ensemble du projet de résolution. Merci, Monsieur le Président.

8. The PRESIDENT:
The delegate of Viet Nam has the floor.

9. M. VU TRONG KINH (République socialiste du Viêt-nam) :
Monsieur le Président, je voudrais demander un vote sur les amendements que j'ai proposés avant-hier, parce que j'estime qu'ils ont une relation étroite avec la consolidation de la paix. Merci, Monsieur le Président.

10. The PRESIDENT:
May I call on the Chairman of the Drafting and Negotiation Group to say what that amendment was.

11. M. BOISSIER-PALUN (Bénin), président du Groupe de rédaction et de négociation :
Monsieur le Président, notre collègue de la délégation du Viêt-nam avait proposé d'introduire dans le texte qui vous est actuellement présenté deux considérants du projet de résolution 19 C/PLEN/DR.8, qui n'est pas soumis à votre appréciation. J'ai indiqué que le Groupe de rédaction et de négociation a pensé reprendre au moins la substance de ces considérants dans la partie III, qui vous sera soumise dès que le Groupe l'aura approuvée. Notre collègue insiste pour que ses deux amendements soient mis aux voix en même temps que notre texte. La plénière prendra la décision qu'elle jugera opportune, mais j'ai dit que le Groupe de rédaction et de négociation ne recommandait pas l'adoption de ces deux considérants tels qu'ils vous sont présentés. Peut-être vaudrait-il mieux que notre collègue du Viêt-nam en donne lecture. Je précise qu'il



s'agit des sixième et septième considérants du projet de résolution 19 C/PLEN/DR.8, qui a été renvoyé au Groupe de rédaction et de négociation et que celui-ci a refondu. Merci, Monsieur le Président.

12. The PRESIDENT:

May I request the delegate of Viet Nam to tell us what those particular paragraphs are and what the amendment consists of exactly.

13.1 M. VU TRONG KINH (République socialiste du Viêt-nam) :

Merci, Monsieur le Président. Je relis donc ces deux amendements.

13.2 Le premier se lit comme suit : "Réaffirmant la légitimité des luttes de libération que mènent les peuples soumis à la domination coloniale et étrangère pour l'exercice de leurs droits à l'autodétermination et à l'indépendance par tous les moyens dont ils disposent".

13.3 Le deuxième est ainsi libellé : "Gravement préoccupée par la répression colonialiste et raciste que ne cessent d'exercer sur des millions d'Africains le gouvernement raciste d'Afrique du Sud, tant en Afrique du Sud qu'en Namibie, ainsi que le régime illégal de la minorité raciste au Zimbabwe". Merci, Monsieur le Président.

14. The PRESIDENT:

May I call on the Chairman of the Drafting and Negotiation Group to say something about that.

15. M. BOISSIER-PALUN (Bénin), président du Groupe de rédaction et de négociation :

Monsieur le Président, je voudrais simplement dire à notre collègue du Viêt-nam que ces considérants ont été repris, presque mot pour mot dans le texte de la partie III, qui n'a pas encore été adoptée par le Groupe de rédaction et de négociation. En conséquence, s'il insiste pour qu'on les mette maintenant aux voix, vous pouvez passer au vote, mais vous les retrouverez presque textuellement dans la partie III, qui est une refonte des projets 19 C/PLEN/DR.8 et 19 C/PLEN/DR.10.

16. The PRESIDENT:

Does the delegate of Viet Nam insist that these amendments be put to a vote now?

17. M. VU TRONG KINH (République socialiste du Viêt-nam) :

Merci, Monsieur le Président. En ce cas, nous pouvons attendre la partie III du texte. Si je constate que ces deux considérants y figurent, je ne demanderai pas le vote ; sinon, je le demanderai. Pour le moment, nous pouvons ne pas voter sur les amendements que je propose. Merci, Monsieur le Président.

18. The PRESIDENT:

Thank you very much. May I call upon the distinguished delegate of China.

19.1 Mr. TIEN CHIN (China) (Speech delivered in Chinese, English translation based on simultaneous interpretation):

Mr. President, at the plenary meeting held the other day, the Chinese delegation put forward its amendments to Part I of the draft resolution contained in



document 19 C/PLEN/DR.18. These amendments were submitted to the Secretariat in written form. The introduction which has just been made by the Chairman of the Drafting and Negotiation Group was not quite exact. I shall therefore have to repeat what our suggestions are.

19.2 Our first amendment was to delete the third, fourth, fifth and eleventh preambular paragraphs. We did not ask for the deletion of the sixth paragraph. Our second amendment concerns the deletion of the references to the "relaxation of international tension" from the seventh and twelfth preambular paragraphs. Thirdly, we proposed the deletion of the eighth paragraph in the preamble and the addition of a new third paragraph. The new third paragraph is a reinforcement of the content of the original eighth paragraph. The wording of this new paragraph reads as follows: "Noting with concern that the underlying cause of the international tensions imperilling world peace and security is attributable mainly to the forces of imperialism, colonialism, neo-colonialism, hegemonism and other forms of alien domination which endeavour, by pressure or threat or use of force, to hinder the political and economic emancipation of nations and maintain the existing pattern or form a new pattern of unjust and unequal relationships in the world". As regards the eleventh paragraph, which we have proposed should be deleted, the Chairman of the Drafting and Negotiation Group has just said that he thought that this paragraph could be deleted and need not be put to a separate vote. With regard to our amendments to the other paragraphs, we would like to call for a separate vote on our amendments, paragraph by paragraph. Thank you, Mr. President.

20. The PRESIDENT:
Now, ladies and gentlemen, as you have heard, we now proceed to vote on each amendment, paragraph by paragraph, I now ask the Secretary to say what the first proposed amendment is.

21. The SECRETARY:
Mr. President, the first proposal is to delete the third paragraph from the preamble.

22.1 The PRESIDENT:
I put to the vote the deletion of the third preambular paragraph.
(Voting was by show of hands)

22.2 The result of the vote is as follows: 3 in favour, 37 against, with 43 abstentions.

22.3 The amendment is therefore rejected.

23. The SECRETARY:
Mr. President, the next proposal is to delete the fourth paragraph of the preamble.

24.1 The PRESIDENT:
I put to the vote the proposal to delete the fourth paragraph of the preamble.
(Voting was by show of hands)

24.2 These are the results of the vote: 3 votes in favour, 43 against, with 38 abstentions.

24.3 The proposed amendment is therefore rejected.



25. The SECRETARY:

Mr. President, the next proposal is to delete the fifth paragraph of the preamble.

26.1 The PRESIDENT:

I put to the vote the proposal to delete the fifth paragraph of the preamble.
(Voting was by show of hands)

26.2 The results of the vote are as follows: 3 votes in favour, 31 against, with 45 abstentions.

26.3 The proposed amendment is therefore rejected.

27. The SECRETARY:

Mr. President, the next amendment is really in two parts. The first is a proposal to delete the eighth paragraph of the preamble, which, I think, should be voted on first. Then there is a second part to this amendment the intention of which is to replace the eighth paragraph of the preamble by a new paragraph, on which a separate vote should be taken.

28. The PRESIDENT:

The delegate of China has the floor on a point of order.

29. Mr. TIEN CHIN (China) (Speech delivered in Chinese, English translation based on simultaneous interpretation):

Mr. President, if you think it appropriate, we would like to propose that the vote be taken first on our proposal to replace the eighth paragraph with a new paragraph which would then become the third preambular paragraph.

30. The PRESIDENT:

It will be done that way. I ask the Secretary to read the text.

31. The Secretary:

The new paragraph, Mr. President, would read as follows: "Noting with concern that the underlying cause of the international tensions imperilling world peace and security is attributable mainly to the forces of imperialism, colonialism, neo-colonialism, hegemonism, and other forms of alien domination which endeavour, by pressure or threat or use of force, to hinder the political and economic emancipation of nations, and maintain the existing pattern or form a new pattern of unjust and unequal relationships in the world".

32.1 The PRESIDENT:

I put the proposed amendment to the vote.
(Voting was by show of hands)

32.2 Ladies and gentlemen, here are the results of the vote: 9 votes in favour, 22 against and 55 abstentions.

32.3 The proposal is therefore rejected.

32.4 Since the second part of the proposal is no longer applicable, I will ask the Secretary to read the next proposed amendment.

33. The SECRETARY:

Mr. President, the next amendment proposes the deletion from the seventh and twelfth paragraphs the references to: "the relaxation of international tension".



34.1 The PRESIDENT:

I put to the vote the proposal to delete the words that you just heard read.
(Voting was by show of hands)

34.2 These are the results of the vote: 3 votes in favour, 40 against and 42 abstentions.

34.3 The proposal is therefore rejected.

34.4 The delegate of China has the floor.

35. Mr. TIEN CHIN (China) (Speech delivered in Chinese, English translation based on simultaneous interpretation):

Mr. President, with regard to the amendments put forward by the Chinese delegation, I did not cover all our proposals just now. In addition to the amendments to the preamble of Part I, we also proposed the deletion from the operative part A of sub-paragraph (c) and the deletion from sub-paragraph (b) of the words "solving the problems of disarmament". These amendments were submitted to the Secretariat in written form the other day. Thank you, Mr. President.

36.1 The PRESIDENT:

We have not yet come to the end of the amendments. I would ask the distinguished delegate of China to allow us to continue and, when we get to the end, to tell us which ones we have omitted.

36.2 I call on the Secretary to go on to the next amendment.

37. The SECRETARY:

Mr. President, the next amendment is a proposal to delete sub-paragraphs (a) and (c) of the operative paragraph A under Part I and to delete the phrase: "solving the problems of disarmament" from sub-paragraph (b) in the same part.

38.1 The PRESIDENT:

I put to the vote the deletion of the two sub-paragraphs and of the words in sub-paragraph (b) that have just been read.
(Voting was by show of hands)

38.2 The result of the vote is as follows: 3 in favour, 44 against and 31 abstentions.

38.3 The proposed amendment is therefore rejected.

39. The SECRETARY:

Mr. President, the next and last amendment is in Part II and concerns the deletion of sub-paragraph (b) of the operative paragraph 7.

40.1 The PRESIDENT:

I put that proposed deletion to the vote.
(Voting was by show of hands)

40.2 The result of the vote is as follows: 2 votes in favour, 44 against and 30 abstentions.

40.3 The proposed amendment is therefore rejected.

40.4 I hope that brings us to the end of the Chinese amendment and that nothing has been omitted. The distinguished delegate of Iraq has the floor.



٤١١ - السيد الدكتور عبد العزيز البسام (العراق)

شكراً، سيدى الرئيس . استحولى ، سيدى الرئيس ، بتفسير تصويتى على القسمين الاول والثانى من القرار ١٩ / م / عامه / ١٨ ، ووقفتى موقف التأييد لهما فى هذه المرحلة . ان هذا يدعونى الى امرين :

٤١٢ - أولهما ، أن أؤكد وجهة نظر الوفد العراقى بشأن دور اليونسكو فى السعى من أجل اقرار السلام العالمى القائم على الحق والعدالة ، ومن أجل اثبات حقوق الانسان وضمان تمتع الشعوب بها على اساس من المساواة والتكافل الاجتماعى والتعاون الدولى ، وأن تكون محاربة الاستعمار والعنصرية بكافة اشكالها سبيلاً رئيسياً نحو هذين الهدفين .

٤١٣ - وثانيهما ، ابدأ بعض الملاحظات عن طبيعة مهمات فريق الصياغة والتفاوض ، وعن اصول اجراءاته بوصفى قد شاركت فيها . فلما كان هذا الجهاز قد انشئ لأول مرة فى هذه الدورة من دورات المؤتمر العام ، واعتبر تجربة جديدة ، فان من حق المؤتمر العام ، فى جلساته العامسة أن يخضع هذه التجربة للفحص والتقييم ، والتحقق عن مدى نجاحها . وملاحظاتى انما هى محاولة متواضعة للنهوض بهذه المهمة ، تتسم بما ينبغي أن تتسم به من النقد الذاتى والموازنة السليمة بين الجوانب الايجابية والجوانب السلبية على السواء . ولعلنى اشرع ، أولاً ، بهذه المسألة ، فأتناول بعض الملاحظات عن فريق الصياغة والتفاوض بالذات . وأود أن أعبر فى الابتداء عن تقديرى لما أبداه السيد رئيس الفريق من البراعة والمهارة وما بذله من جهود فى سبيل انجاز العمل ، وعن تقديرى لتعاون زملاء أعضاء الفريق . يمكننى أن أجمل ملاحظاتى فى هذا الشأن على الصورة الآتية :

أولاً ، لم يتضح ، عند ابتداء العمل فى الفريق ، الأمر عن طبيعة تكوينه : هل هو يضم ولا أعضاء تتمثل فى رؤساء وفودها ، أو غيرهم من أعضاء تلك الوفود ، أم هو يضم أشخاصاً تختارهم وفودهم للعمل فى الفريق ؟ ولا يخفى أن هذه المسألة تكررت بصورة أخرى بصدد المجلس التنفيذى ، وكنت بين من يقولون بالرأى الأول . ولكن السيد رئيس الفريق - وهو من عملوا فى نطاق مهماته بوصفه عضواً بالمجلس التنفيذى على اعداد الوثيقة ١٩ / م / ٢ التى تخص طبيعة هذا الفريق - قد أفتى بالرأى الثانى ، وترتب على ذلك أن يكون فى امكان السيد الرئيس ، مستشارين اثنين دون أن يكون للمستشار حق المشاركة الفعلية فى أعمال الفريق . وقد كان لهذا بعض نتائج انعكست على بعض الدول النامية بحكم قلة عدد الأعضاء فى وفودها ، واضطرار بعض هؤلاء الى السفر قبل نهاية المؤتمر ، فتأخر بعضهم عن حضور الجلسات لانشغالهم فى أعمال اللجان ، وغادر بعضهم نيروبي فظلمت مقاعدهم شاغرة ، ونقص أعضاء الفريق أربعة أو خمسة من العاملين فيه . ودأب بعض الأعضاء على التحفظ على مشروعات القرارات حتى يتم الاتصال بحكوماتهم ، وقد يستدعى ذلك بضعة أيام . وكان موقفهم تأكيداً للقول بأنهم انما يمثلون حكوماتهم ، ولا يمارسون أعمالهم بحكم شخصيتهم وحدها . ويلاحظ أن فى تسمية الفريق مهمات التفاوض ، وهى انما تكون بين الحكومات مثله فى وفودها . وهذه ملاحظات تؤيد ، فى رأى ، القول بأن الفريق يحدد أن يضم ممثلى الحكومات ، ويجوز استبدالهم بزملائهم من أعضاء الوفود كلما دعت الى ذلك الحاجة . ثانياً ، لقد أكد السيد رئيس الفريق فى بعض تعليقاته أن الفريق انما يمارس المسائل فى جوهرها ولا يتقيد بالوثائق المقدمة اليه ، وبينها مشروعات القرارات التى تتقدم بها الدول الأعضاء منفردة أو مجتمعة . وعندى ، أن دراسة المسائل فى جوهرها لاتعنى بالضرورة الاغضاء عن مثل تلك الوثائق من مشروعات القرارات ، بل الأصل فى هذه ، وهى مقدمة من وفود الدول نفسها ، أن تتناول جوهر المسائل ولا تكون مجرد فقرات مسطرة لا معنى لها . ان صدور مشروعات القرارات هذه من الوفود المعتمدة ، يكسبها أهمية خاصة باعتبارها تعبيراً عن آرائها ومواقفها ، وهى لذلك جديرة بأن تعتمد وأن يتم النظر فيها ابتداءً ، ولا يتم تجاوزها كلياً أو جزئياً ، الا لأسباب وحيية تتم الاشارة اليها عند تقديم التقارير عن مشروعات القرارات . نعم ، ان من اصول العمل السليم فى الفريق ، فى رأى ، أن يفتح على مشروعات القرارات المقدمة من الدول الأعضاء وأن يوليها أهمية خاصة وأن ينطلق من النظر فيها وفحصها بدقة وعناية . ثالثاً : ان هذا الموقف الايجابى من مشروعات القرارات ، كما أنصح به ، ينطبق أيضاً على التعديلات التى تتقدم بها وفود الدول الأعضاء على ما يعدة الفريق نفسه من مشروعات القرارات . فحسب الفريق أن يعمل جاهداً

لاعداد تلك المشروعات والاتفاق عليها وان يعرضها على المؤتمر العام في جلسته العامة ، ففسرا لهذا مبينا الأسباب التي دعت الى تبنيها ، ثم يترك هذه المشروعات أمانة بين يدي السيد رئيس المؤتمر العام تناقشها الوفود بحرية وصراحة وتقرح ما تراه مناسبا من التعديلات فيها . ومن حق الفريق بمجموعه ألا يتقيد بآراء السيد رئيسه بشأن تلك التعديلات ، يقبل ما يشاء منها ويرفض ما يشاء ، وبخاصة حين تأتي تلك التعديلات مفاجئة ولم يكن الفريق قد ناقشها واتخذ مواقف بشأنها . بل ان من حق المؤتمر العام بجلساته العامة ألا يقف عند ما يقبله الفريق أو يقبله رئيسه من تلك التعديلات ، وأن يطالب باجراء التصويت عليها . ان مثل هذا التصويت يجب ألا يكون استثناء يلجأ اليه في بعض الحالات ، بل أن يكون أصلا يعتمد ، وأن تشجع الوفود على ابداء آرائها بشأن ما يتقدم به الفريق من مشروعات القرارات ، وأن تعرض ما تراه مناسبا من التعديلات عليها . أقول هذا ، لأنني علمت أن بعض الوفود شعرت ببعض الحرج حينما لم تلق تعديلاتها ما تستحقه من الاهتمام ، فان الفريق يحسن صنعا كلما علم أن مشروعات قراراته كيلة أن تتحسن ، كلما عنيت بها الوفود بمجموعها ، وعملت على تطويرها وتحسينها ، وقد شهدنا نماذج طيبة من تعديلات صائبة . ومن حق أعضاء الفريق ، متفرقين ، أن يبدوا آرائهم في تلك التعديلات أيا كانت ، يقبلون ما يرونه مناسبا من دون أن يتقيدوا بموقف محدود لا يتعدوه ، مالم تكن تلك التعديلات تخالف موقفا محددا سبق أن اتخذوه . وبعد ، فالأمر في جوهره لا يتعلق بمشيشة الفريق أو بمشيشة رئيسه ، بل بمشيشة المؤتمر العام في جلساته العامة ، فهو صاحب السلطة ، وتلك حقيقة يجب أن تتأكد مرة بعد مرة ، ولا ينبغي للفريق أن يخرج بأية حال من الأحوال عن مقصدها .

رابعا : لقد أنجز الفريق لحد الآن عددا من مشروعات القرارات حصل عليها حظ من الاجماع ، وتلك مزية لا تنكر ، ولكن يجدر أن نتأمل فيما وراء هذا الاجماع . فقد وصفت بعض هذه القرارات بأنها مجلة عامة ، وأتى هذا الوصف أول ما أتى على لسان العضو المحترم من وفد السويد ، وشاركته في هذا الوصف وفود أخرى . ولعل بعض هذه القرارات أن توصف بأنها ضعيفة وبأنها لم تعبر تعبيرا وافيا عن مواقف الدول النامية ودول عدم الانحياز . ولا ننسى أن بين تلك القرارات تأجيل النظر في مشروع الاعلان عن وسائل الاعلام ، وهو مشروع يحظى باهتمام تلك الدول ، لا مرة . والتقصي الدقيق كعيل بأن يكشف كيف تساهلت وفود الدول النامية في سبيل تحقيق ذلك الاجماع . إننا نأمل أن تكون تلك المجموعات العمل والصياغة في الدورات السابقة للمؤتمر من النجاح وما تحققه من الاجماع وان لم يكن لها من التكوين والتحديد ما لهذا الفريق . خامسا : ومعروف أن الفريق لم ينجز بعد كل مهماته ، وما يزال باقيا منها ، في هذا اليوم السابق لنهاية المؤتمر ، مهمة صعبة هي الجزء الخاص بمحاربة الاستعمار والصهيونية ، وهو الجزء الذي يدور حوله كثير من الخلاف . ومعلوم أن هذه المهمة مع مهمة دعم السلام ودعم حقوق الانسان قد عهدت الى مجموعة عمل ثانية قام بتنسيق أعمالها الاستاذ كرنيرو وكان من حسن حظي المشاركة فيها ، وأشهد على ما اتسمت به جهود الاستاذ كرنيرو من الجد ومن سعة الأفق ومن رحابة الصدر وتقدير آراء المشاركين وأخذها بنظر الاعتبار . وقد كادت المجموعة أن تبلغ حظا من الاتفاق حتى على الجزء المتعلق بمحاربة الاستعمار والعنصرية ، وحصرت مواضع الخلاف فمس نقاط معينة . ولكن يبدو أن ما حصل حوله حظ من الاتفاق هو الآن موضع مراجعة في مثل هذه الساعة الأخيرة .

٤١٤- هذه الملاحظات ، أيها السادة ، عن أصول العمل في فريق الصياغة والمفاوضة تقودنا الى المسألة الأولى ، وهي مواقفنا من محاربة الاستعمار والعنصرية ، مما نعلق عليه بالغ الأهمية . اننا لانرى أن يقتصر هذا الجزء من القرار على مجرد الأفكار العامة ، والاتجاهات النظرية ، بل أن يحتوى على تشخيص للمشكلات الدولية في هذا الميدان وأن ييسى الأشياء بأسمائها ، ويحدد المدنبيين في جنوب أفريقيا وفي فلسطين ، وما تتسم به أعمالهم من التمسك بالعنصرية فكرا وتطبيقا ، ومن انتهاك صارخ لحقوق الانسان . ويجدر أن تقدر مواقفنا في تأييد الاجماع في الحالات السابقة على ما في تلك القرارات من اجمال ومن تعميم ومن ضعف وقصر ، وأن يؤخذ بوجهات النظر في الجزء الأخير التي نقدمها ، فالاجماع الذي نشده لا يكون على حساب المبادئ ولا على حساب المواقف الأساسية .



٤١- السيد الرئيس، ان خلاصة هذه الملاحظات استنتاجان ، هما أولا : ان فريق الصياغة والمفاوضة جدير ان يخضع للتمحيص والتقويم في تكوينه وفي اصول أعماله والتحقق من مدى الحاجة اليه بل من وجوده في الدورات القادمة . ثانيا : ان مواقفنا في الجزء الخاص بمحاربة الاستعمار والعنصرية تتوقف على مدى ما في هذا الجزء من تشخيص للمشكلات وتسمية للأشياء بأسمائها، والا تقدمنا باقتراحاتنا بشأنها الى المؤتمر العام، وارجعنا موافقتنا على الجزء الأول في ضوء ما يتقرر من نتائج تتعلق بالجزء الثالث على وجه التحديد . شكرا ، السيد الرئيس.

42. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Iraq for his observations and I hope that others will note what he has said and not repeat it. And now, may I call upon the distinguished delegate of Cuba.

43.1 El Sr. LE RIVEREND (Cuba) :

Señor Presidente: He pedido la palabra para hacer una declaración especial a nombre y por expresa instrucción del Gobierno Revolucionario de Cuba. En la declaración general de Cuba apenas iniciado el debate, figuraba con particular énfasis la afirmación de que todavía hoy, nuestra patria es agredida como muchos otros pueblos, por los imperialistas y sus asociados.

43.2 Nuestra delegación considera llegado el momento de dar a conocer en la plenaria que, desde junio de 1974, toda una campaña de agresión se ha destacado usando de los medios peores, los más inescrupulosos. Han sido asesinados varios miembros de nuestro Cuerpo Diplomático, se han realizado atentados personales, así como contra nuestras sedes y oficinas, por medio de explosivos ultramodernos. Se ha intentado el asesinato de embajadores y todo ello, además, acompañado de llamadas telefónicas y cartas amenazantes anunciando nuevos crímenes y sazonando toda la agresión con mentiras de propaganda. Decimos a toda voz que esta escalada no detendrá a nuestro pueblo ni quebrantará la decisión del Gobierno revolucionario.

43.3 Debo subrayar que en este marco de agresiones se inscriben las denuncias sobre supuestas violaciones de derechos humanos en Cuba, todas procedentes de centros contrarrevolucionarios radicados en Miami. Algunas de esas quejas que ya conoce mi Gobierno, han llegado originalmente dirigidas con copias a la delegación de Estados Unidos en la Unesco, revelando quiénes son los amos de los firmantes. Toda la campaña realizada por agentes pagados, adiestrados y armados en los Estados Unidos, han llegado al incalificable crimen de colocar una bomba en un avión comercial cubano cuya explosión, apenas salido del aeropuerto de la isla Barbados, provocó el pasado 9 de octubre la muerte de 73 pasajeros, entre los cuales se encontraba el equipo nacional cubano de esgrima, así como funcionarios de la República Popular Democrática de Corea y estudiantes de nacionalidad guyanesa, ciudadanos de tres países que no se doblegan. Cayeron por obra de connotados agentes de la CIA que actualmente, por honrosa decisión del Gobierno de Venezuela, están presos. Comenzada ya esta Conferencia, una bomba hizo explosión en una agencia de la compañía cubana de aviación, en tierras europeas.

43.4 El pueblo de Cuba conoce y ha denunciado desde 1959 las prácticas arteras y deshonorantes de los imperialistas que además se extienden por toda América Latina.



Los asesinos presos en Venezuela han dado una prueba más de la verdad de nuestras denuncias. Las empresas monopolistas de información han acompañado esas acciones delictivas con toda suerte de falacias y de farisaicas manifestaciones. Primero, dieron la versión de que el avión cubano caído en Barbados se encontraba en mal estado, calumniando de este modo al Gobierno que lo había vendido a Cuba. Cuando no se pudo mantener esa mentira, se vieron obligados a reconocer que los culpables, presos en Venezuela, eran miembros de bandas contrarrevolucionarias establecidas en territorio norteamericano.

43.5 Curioso es que, durante la celebración de esta 19a. reunión de la Conferencia General, llegara sólo un escueto cable reconociendo el hecho. En definitiva, se trata de una cortina de humo para mostrar la pretendida libertad de expresión, que sólo es libertad de exportar contrarrevolución y veneno frente a los pueblos. No se ha transmitido por las grandes agencias, para conocimiento de las delegaciones acogidas hospitalariamente por Kenia, noticia alguna de la reunión de los países del Caribe, celebrada en Trinidad y Tabago, para examinar conjuntamente ese crimen, ni se ha reflejado la indignación de gran parte de la prensa nacional latinoamericana. Mucho menos se ha dado noticia de las declaraciones condenatorias publicadas por gobiernos, personalidades políticas, instalaciones e instituciones de numerosísimos países. Hace sólo dos días se reflejaron por transmisión de agencias, las palabras del jefe del Gobierno de Guyana, probando que el atentado contra el avión cubano forma parte de toda una maquinación para desestabilizar a los gobiernos del Caribe que han decidido oponerse a los abusos y a la explotación. Sin embargo, esa agresión generalizada en el Caribe ya había sido denunciada hace más de un mes. Los agentes de la CIA cometen los crímenes y las empresas de información los silencian o los desnaturalizan en su origen y carácter, y los confiesan sólo para falsear la esencia de su innoble gestión y de su apoyo a los delincuentes, sólo para que los ingenuos, con una mínima porción de falsa objetividad, crean en una libertad de expresión que sólo es libertad de presión y de engaño.

43.6 En nombre del Gobierno Revolucionario de Cuba, reafirmamos aquí que la alianza de los genocidas y de sus mercenarios de toda laya se estrellará frente a la creciente decisión de nuestro pueblo y de los que emprenden parejo camino. No lograrán detener la historia. Ya se les han infligido derrotas en todos los continentes; otras más les depara el futuro. Así entendemos la situación. Los enemigos de los pueblos entienden la paz como una continuada serie de crímenes. Las víctimas de sus excesos, que suman cientos de miles en todos los continentes, no tendrán paz mientras estas iniquidades permanezcan en la faz de la tierra. Esas víctimas llaman en la conciencia de nuestro pueblo a continuar la batalla contra los que se han puesto fuera de toda ley y norma internacional.

43.7 Que la 19a. reunión de esta Conferencia General sepa una vez más que el llamado apoliticismo, la total reducción de los problemas a la esfera de competencia de la Unesco, los esfuerzos por negar que ella debe también fidelidad a los acuerdos del sistema y a la marcha objetiva del mundo, son formas de ponerla objetivamente, sin que la Organización lo quiera, al servicio del silencio sobre los crímenes. Muchas gracias, señor Presidente.



44. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Cuba and would like to point out that an explanation of vote is not supposed to be a general policy debate. When the delegate of Cuba asked for the floor I expected that he would briefly explain why he had voted as he did. Instead he made a lengthy statement reminiscent of the general policy debate which took place and was completed at the beginning of the Conference. So I hope those who speak after me now will refrain from reopening the general policy debate, and I would also remind delegates that, if you disturb a cluster of bees, the bees, when they react, may sting you. I now give the floor to the delegate of Canada.

45. Mr. BEAULNE (Canada):

Mr. President, you have expressed with great wisdom and eloquence the point of order that I wanted to raise. Although I have been deeply moved by the eloquence of our Cuban colleague, I am afraid that his statement is totally irrelevant at this late stage in the Conference and I hope that from now on we shall stick to the matter under discussion. Thank you Sir.

46. The PRESIDENT:

May I thank the distinguished delegate of Canada and call on the distinguished delegate of the United States of America.

47. Mr. REINHARDT (United States of America):

Thank you, Mr. President. I shall not prolong this discussion, but we cannot remain silent in the light of the remarks made by the delegate of Cuba a few moments ago. We shall not affront this distinguished body by engaging in an exchange of recriminations with other members of Unesco as is clearly desired by those who make provocative, false and bitter charges. The representative of Cuba used in his discourse the phrase: "This is the way we interpret the situation". I submit, Mr. President, that this is the only precise truth in his statement. Thank you, Mr. President.

48. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of the United States of America and call upon the Chairman of the Drafting and Negotiation Group.

49.1 M. BOISSIER-PALUN (Bénin), président du Groupe de rédaction et de négociation :

Merci, Monsieur le Président. Je n'ai pas à porter de jugement sur les opinions exprimées par les différentes délégations. Je voudrais néanmoins dire, pour répondre au délégué de l'Irak, que nous sommes sensibles à l'appréciation qu'il a portée sur les efforts déployés par le Groupe de rédaction et de négociation, mais que le moment ne nous paraît pas venu d'évaluer les résultats des travaux du Groupe. Celui-ci n'a pas fini de présenter ses conclusions sur les différents points qui lui ont été soumis. Je pense, en outre, qu'un de ses membres, qui a toute faculté de faire connaître son opinion au sein du Groupe, ne devrait pas dire que celui-ci n'a pas travaillé convenablement, d'autant que les résultats auxquels nous sommes parvenus représentent le fruit d'un consensus et impliquent donc son adhésion. J'aurais compris que des critiques soient émises quant à la manière d'appliquer le texte instituant le Groupe de rédaction et de négociation. Je n'en ai entendu aucune. Je pense donc que, si le Groupe



s'est conformé aux décisions de la Conférence, qui est souveraine en la matière, pour l'examen des questions qui lui ont été renvoyées par la plénière ou les commissions, il ne peut pas être question de critiquer la manière dont la Conférence a entendu organiser les travaux sur ces questions. La façon dont ont été étudiés les points de l'ordre du jour renvoyés au Groupe de rédaction et de négociation procède d'une interprétation absolument correcte du texte portant création du Groupe. Il n'a jamais été prétendu - ce qui aurait été totalement contraire à la réalité - que le Groupe pouvait décider souverainement de quoi que ce soit. Le texte qui l'a créé lui donne pour tâche de rechercher un consensus sur des sujets déterminés : il est saisi de projets de résolution présentés par différentes délégations, en apprécie les mérites et fait des propositions lui paraissant de nature à rallier le consensus de la plénière, qui décide souverainement. En plénière, du reste, toutes les délégations ont la possibilité de présenter des amendements. Le rôle du Président du Groupe de rédaction et de négociation est d'informer la plénière sur l'opinion moyenne qui s'est dégagée des travaux du Groupe, ainsi que de dire si telle ou telle proposition peut ou non être acceptée eu égard au consensus préalablement atteint. Il demeure toutefois que la décision définitive dépend de la Conférence générale et je ne crois pas qu'aucune critique puisse être élevée sur ce point.

49.2 Cela dit, le moment venu, la Conférence générale pourra évaluer les résultats obtenus par cet organe nouveau qu'elle a créé pour la présente session. Je dis bien les résultats, car nous n'attendons pas ici que l'on mette systématiquement l'accent sur ce qui divise les délégations, mais que l'on recherche entre elles des points de convergence pour faire progresser la meilleure compréhension entre les peuples. En ce sens, je ne crois pas que les projets de résolutions doivent être des fourre-tout où trouvent place toutes sortes de ressentiments ; si nous ne réussissions à Nairobi qu'à obtenir ce progrès vers la recherche de l'entente, je crois que nous aurions bien travaillé dans l'intérêt de l'Unesco. Merci, Monsieur le Président.

50. The PRESIDENT:

I thank the Chairman of the Drafting and Negotiation Group for his statement and I now give the floor to the delegate of the Philippines.

51. Mr. BARADI (Philippines):

Thank you, Mr. President. My delegation desires to go straight to the point, and explain its vote. We voted, Mr. President, in favour of the resolution presented to us bearing in mind that the general policy debate at the eighteenth session of the General Conference of Unesco reached the conclusion, and so emphasized, that development and peace at the national and international levels are indivisible front line priorities of Unesco. Moreover, on matters of peace and the promotion of international understanding, let me state, Mr. President, that the Constitution of the Philippines specifically provides that, "The Philippines renounces war as an instrument of national policy, adopts the generally-accepted principles of international law as part of the law of the land, and adheres to the policy of peace, equality, justice, freedom, co-operation and amity with all nations". This is a reaffirmation of our people's dedication to the maintenance of international peace and an assertion



of the political independence of the Philippines as a sovereign nation. Furthermore, our Fundamental Law provides that, "The study of the Constitution shall be part of the curricula in all schools". This, Mr. President, is in line with Unesco's task of establishing the necessary conditions for securing permanent peace on our planet through the wide diffusion of culture and the education of humanity for justice. On the question of colonialism, racialism and apartheid, the position of my delegation is unequivocal: indeed, the Philippines helped write the provision on self-determination in the United Nations Charter in 1945. Since then my country has faithfully espoused the right of all colonial countries and peoples to independence. In conclusion, Mr. President, the Philippines has publicly and consistently taken a resolute stand against the policy of racial discrimination and apartheid. And, on this occasion, my delegation reiterates such a determined stand. Under these circumstances, my delegation voted in favour of the resolution. Thank you, Mr. President.

DRAFT DECLARATION ON FUNDAMENTAL PRINCIPLES GOVERNING THE USE OF MASS MEDIA IN STRENGTHENING PEACE AND INTERNATIONAL UNDERSTANDING AND IN COMBATING WAR PROPAGANDA, RACISM AND APARTHEID (item 69 of the agenda): TEXT SUBMITTED BY THE DRAFTING AND NEGOTIATION GROUP

52.1 The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of the Philippines.

52.2 Ladies and gentlemen, we now turn to item 69. The relevant documents are documents 19 C/PLEN/DR.20, 19 C/INF.20 and 19 C/INF.21.

52.3 May I call on the Chairman of the Drafting and Negotiation Group to introduce those documents very briefly. I am sure our discussion of them should not take more than fifteen minutes.

53.1 M. BOISSIER-PALUN (Bénin), président du Groupe de rédaction et de négociation :

Merci, Monsieur le Président. Je voudrais rappeler brièvement à la plénière que l'examen du point 69 de l'ordre du jour avait été contré à la Commission III, qui disposait à cet effet du document 19 C/91. La Commission III a consacré plusieurs séances à cette question et il s'est avéré au sein de la Commission qu'elle présentait une telle importance et débordait tellement le cadre fixé par le document 19 C/91, que par un vote, la Commission a décidé de saisir le Groupe de rédaction et de négociation. Le Groupe a accordé à ce document une attention toute particulière et de nombreuses réunions n'ont pas permis de dégager, au sujet du document 19 C/91 qui nous était présenté, une position générale et en tout cas une position qui aurait indiqué que cette question avait été prise en considération dans son ensemble et qui aurait d'autre part souligné l'importance qu'elle devrait revêtir dans les activités de l'Unesco. Nous avons constitué pour étudier la question un sous-groupe de travail présidé par notre collègue M. Parthasarathi et composé dans la mesure du possible de ceux de nos collègues qui avaient sur la question des compétences particulières. Ce sous-groupe n'est pas, lui non plus, parvenu à définir une position commune.

53.2 Voilà pourquoi le Groupe de rédaction et de négociation a décidé, après avoir reçu deux documents de travail rédigés par son sous-groupe et certains autres



de ses membres (documents 19 C/INF.20 et 19 C/INF.21) de suggérer à la Conférence générale de renvoyer l'examen de cette affaire à sa vingtième session, en vous soumettant un projet de résolution publié sous la cote 19 C/PLEN/DR.20 ; ce texte prend acte de l'importance du problème et invite le Directeur général à procéder à de nouvelles consultations et à des études, afin de soumettre à la Conférence générale à sa vingtième session des propositions nouvelles.

53.3 Je voudrais en outre vous signaler qu'au paragraphe 1 du dispositif, dans le texte français, les termes "les principes fondamentaux de l'emploi des moyens de grande information en vue de renforcer la paix et la compréhension internationale et de lutter contre la propagande belliciste, le racisme et l'apartheid" doivent être mis entre guillemets, parce qu'il s'agit d'une citation du texte du document qui avait été distribué à la Commission III. Ces guillemets ont été omis dans le texte français.

53.4 Enfin, le Directeur général m'a interrogé sur le sens que le Groupe de rédaction et de négociation attribuait à l'expression "consultations d'experts gouvernementaux et non gouvernementaux". J'ai indiqué au Directeur général que le sous-groupe de travail, comme le Groupe de rédaction et de négociation lui-même, interprétaient cette expression comme signifiant que le Directeur général serait libre de choisir la procédure qu'il jugerait la meilleure pour arriver au résultat que l'on attendait de lui, mais je crois qu'il a l'intention de nous suggérer une rédaction plus claire. Je lui laisserai ce soin, non sans avoir rappelé que l'essentiel est qu'à la prochaine session de la Conférence générale la question soit inscrite à l'ordre du jour et définitivement tranchée. Merci, Monsieur le Président.

54. The PRESIDENT:

I thank the Chairman of the Drafting and Negotiation Group for his explanation and introduction of item 69 and I call upon the Director-General to say a few words on that item.

55. Le DIRECTEUR GENERAL :

Je vous remercie, Monsieur le Président. Monsieur le Président, comme l'a dit le Président du Groupe de rédaction et de négociation, et pour qu'il soit bien clair que le projet de déclaration ne relève pas du règlement relatif aux recommandations aux Etats membres et aux conventions internationales prévues par l'article IV, paragraphe 4, de l'Acte constitutif, je voudrais suggérer de modifier le paragraphe 1 du dispositif du projet de résolution présenté par le Groupe de rédaction et de négociation, si celui-ci n'y voit pas d'inconvénient. Je suggère tout d'abord de remplacer le mot "Autorise" qui n'impose aucune obligation au Directeur général, par le mot "Invite" qui correspond certainement davantage aux intentions du Groupe de rédaction et de négociation. Je suggère en second lieu de remplacer les mots "à organiser de nouvelles consultations" par les mots "à procéder à de nouvelles et larges consultations". Enfin, je suggère de supprimer les mots "gouvernementaux et non gouvernementaux". Le texte du paragraphe 1 du dispositif se lirait donc comme suit : "Invite le Directeur général à procéder à de nouvelles et larges consultations d'experts en vue de rédiger un projet final de déclaration concernant..." ; ce libellé serait sans



doute plus conforme à l'accord réalisé au sein du Groupe de rédaction et de négociation, comme vous venez d'ailleurs de le dire, Monsieur le Président. Merci.

56. The PRESIDENT:

I thank the Director-General for his explanation and I now call upon the distinguished delegate of the German Democratic Republic.

57.1 Mr. HEINZE (German Democratic Republic):

Thank you very much, Mr. President. The delegation of the German Democratic Republic, speaking for itself and on behalf of other delegations of socialist countries, deeply deplores the fact that this highly important draft declaration on the mass media was not adopted by the nineteenth session of the General Conference. The debate in Programme Commission III proved convincingly that the overwhelming majority of Member States support the ideas and aims of such a document. Most of the States were in favour of amending the draft, of improving and perfecting it, in order to bring it before this session of the General Conference. Our delegation too supports the principles and lofty aims of this declaration in whose preparation our country actively participated.

57.2 Two basic ideas stand out in this document. The first is that the enormous power of the mass information media shall be used, as set out in the title, for the strengthening of peace and international understanding, and at the same time, any misuse of the media for war propaganda, racism and apartheid, shall be excluded and morally condemned. Secondly, the draft declaration clearly reflects the needs and aspirations of a large number of developing countries for the achievement of a free and more balanced international flow of communication. Since the draft declaration gives expression to the efforts of the non-aligned countries to establish a new international information order and fits organically into the communication programme of Unesco adopted a few days ago, it is all the more deplorable that it has not been possible at this session of the General Conference to adopt this document. The reason is solely the approach of a few Member States. At any cost they wanted to prevent a debate on the substance of the draft declaration.

57.3 In the future, the delegation of my country, the German Democratic Republic, will work and stand for the adoption by Unesco of a declaration with such objectives and such content as are unmistakably set out in the title and text of the draft declaration, using this as a basic document for further deliberation. This is our position with regard to the recommendation of the Drafting and Negotiation Group to the effect that this document should be submitted for adoption to the twentieth session of the General Conference. Thank you very much, Mr. President.

58. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of the German Democratic Republic and call upon the distinguished delegate of Brazil.

59.1 M. PENNA MARINHO (Brésil) :

Monsieur le Président, la délégation brésilienne donnera tout son appui au projet de résolution qui figure dans le document 19 C/PLEN/DR.20 élaboré par le Groupe



de rédaction et de négociation. Comme vous le savez, la délégation brésilienne avait proposé le renvoi du point 69, relatif au projet de déclaration sur l'emploi des moyens de grande information, au Groupe de rédaction et de négociation dans l'espoir qu'un consensus sur cette question si importante puisse y être réalisé. Ce thème, Monsieur le Président, a suscité un débat très vif, le plus important peut-être de cette session de la Conférence générale. Les profondes divergences de nature idéologique et juridique qui ont marqué le débat à la Commission III ont resurgi au sein du Groupe de rédaction et de négociation, où n'a pu être atteint le consensus désiré par tous. La délégation brésilienne, Monsieur le Président, n'est certes pas hostile - qui pourrait l'être ? - à l'adoption d'une déclaration de caractère universel sur l'emploi des moyens de grande information. Cependant, elle estime que pour que cette déclaration puisse avoir une valeur et une portée vraiment universelles, il faut d'abord qu'elle repose sur une base plus solide et plus large. En d'autres termes, il faut qu'elle soit l'oeuvre de tous, et non seulement l'oeuvre de quelques-uns.

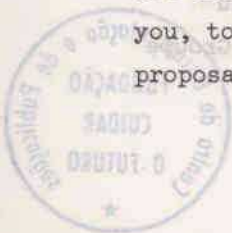
59.2 Dans ces conditions, la délégation brésilienne estime que le projet de déclaration qui a été soumis à la Commission III a besoin d'être revu, amélioré, récrit même, qu'il doit non seulement être le fruit de la participation d'un nombre plus grand d'Etats mais aussi chercher à concilier toutes les tendances. Aussi pensons-nous qu'à ces travaux préparatoires doivent participer non seulement des experts et les représentants des gouvernements intéressés, mais aussi des représentants et des experts des organisations non gouvernementales spécialisées. Considérant qu'il ne sera pas possible de réaliser ce gigantesque travail dans les quelques heures qui nous séparent de la clôture de la présente session de la Conférence générale, le Groupe de rédaction et de négociation nous propose dans le projet de résolution 19 C/PLEN/DR.20 de renvoyer la question à la prochaine session de la Conférence générale. La délégation brésilienne désire souligner qu'une telle décision aurait l'avantage incontestable de permettre une étude plus approfondie de ce délicat problème, de nature vraiment planétaire. Le texte qui nous est soumis ne vise nullement, du reste, à laisser la question tomber dans l'oubli ; au contraire, il invite le Directeur général à procéder à de larges consultations d'experts gouvernementaux et non gouvernementaux, en vue de rédiger un projet final de déclaration concernant les principes fondamentaux de l'emploi des moyens de grande information. Enfin, Monsieur le Président, je désire, au nom de ma délégation, féliciter le président du Groupe de rédaction et de négociation, M. Boissier-Palun, pour l'excellent travail qu'il a bien voulu nous soumettre à cette séance plénière. Merci, Monsieur le Président.

60. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Brazil and call upon the distinguished delegate of the Netherlands.

61. Mrs. KLOMPE (Netherlands):

Mr. President, before we come to vote I would like to have a clarification on the amendment just proposed by the Director-General and I therefore would like, via you, to request the Director-General to give his interpretation with regard to his proposal to delete the words "governmental and non-governmental". Now when the



word "non-governmental" appeared in the text, that gave us some assurance that not be journalists and professional organizations of the various mass media would be con- would sulted. I would like to hear from the Director-General how wide a range of experts would be he will consult. Thank you, Mr. President.

62.1 The PRESIDENT: We should first ourselves from any thought that we can produce a

Before I call on the next speaker, may I recall that the Director-General type proposed that the word "Authorizes" be replaced by the words "Invites", to read: Appli "Invites the Director-General to proceed with a new and broad consultation of forward experts".

62.2 I call on the delegate of Japan. I think the distinguished delegate of Japan

63.1 Mr. HIRONAGA (Japan):

Mr. President, I would like first of all to express our heartfelt congratula- 83 tions to the Chairman of the Drafting and Negotiation Group, Mr. Boissier-Palun, for his comprehensive and succinct introduction, and to Mr. Parthasarathi, the co-ordinator of sub-group III, for his most wise and painstaking work.

63.2 The first consideration I would draw attention to is that the nature of any declaration is to be normative. I therefore believe that a declaration on any subject, if it is to be adopted in the name of Unesco, has to be adopted with a broad consensus of Unesco Member States. This principle should therefore apply, in particular, to the case of the draft declaration on the mass media which has been tabled. All delegations have had to face the very difficult problem of how to reach consensus. As we have seen from the discussions held in Programme Commission III, which referred the present question to the Drafting and Negotiation Group, the attitudes of the different Member States towards the draft declaration in question vary widely according to their ideologies and social systems. Therefore, my impression is that in spite of all efforts put forward here by delegates, we shall not succeed in arriving at a consensus on the adoption of the draft declaration on the mass media which is before us.

63.3 Mr. President, as I see it, some parts of the draft declaration contained in Annex I of document 19 C/91 are not compatible with the principle of freedom of opinion and expression. With regard to my own country, Japan, I have to declare clearly that it is absolutely impossible for the people and the Government of Japan to approve the text of any declaration as far as it may allow other States or other governments to interfere with the freedom of expression and of the press, even in cases, where the opinions expressed or the news reported were against the thinking of the government or of other parties, because the Constitution of Japan provides, in its Article 21 that: "the freedom of the press and of all other forms of expression are guaranteed. No censorship shall be maintained".

63.4 Mr. President, all of us are aware - for it has become clear, through the discussions at the Meeting of Intergovernmental Experts of December 1975, in Programme Commission III and in the Drafting and Negotiation Group, of which I am a member - that very great difficulty has been experienced in reaching a consensus on any text prepared up to now. I have come to the point where I fear that it really may



not be possible for Unesco to prepare and adopt a declaration of this type which would be satisfactory to all Member States, and to the professional organizations concerned, and at the same time not be prejudicial to the prestige of Unesco. I believe that we should learn wisdom from our experience in the recent past, and that we should free ourselves from any thought that we can produce a declaration of this type either at the present time or in the near future. For these reasons, my delegation is ready to support the proposal in document 19 C/PLEN/DR.20 amended, as put forward by the Director-General. Thank you, Mr. President.

64. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Japan and call upon the distinguished delegate of the Union of Soviet Socialist Republics.

65.1 Г-н Ю.В. КАШЛЕВ (Союз Советских Социалистических Республик):

Спасибо, г-н Председатель. Советская делегация, как и делегации других социалистических стран, как и большинство делегаций развивающихся государств, выступает за принятие Декларации об основных принципах использования средств массовой информации уже на этой сессии в Найроби. При этом мы исходим из исключительной важности этой проблемы, как с точки зрения борьбы ЮНЕСКО за мир, против колониализма и расизма, так и с точки зрения помощи развивающимся государствам в создании их собственных средств массовой информации, в ликвидации остатков так называемого культурного и информационного империализма.

65.2 Проект Декларации, который лежит на наших столах готовился в ЮНЕСКО шесть лет, и мы считали, что этого времени достаточно, чтобы на данной сессии доработать проект и принять его на благо международного мира и взаимопонимания.

Fundação Cuidar o Futuro

65.3 Мы считаем совершенно несправедливым то положение, которое существует сегодня в области распространения международной информации, когда значительная часть средств массовой информации используется против целей мира и взаимопонимания и когда поток информации из развитых западных государств в сто раз превышает поток информации, идущий из третьего мира в капиталистические страны. Это - известная цифра, которая уже давно фигурировала в документах ЮНЕСКО и которая говорит о том, что развивающиеся страны дают немногим более 1 проц. информации, хотя в них проживает две трети населения земного шара. Мы надеялись, что принятие Декларации поможет исправить такое положение.

65.4 Мы с сожалением констатируем, что из-за обструкционистской позиции нескольких делегаций это оказалось невозможным. Учитывая реальное положение на Конференции, наша делегация в духе консенсуса согласилась в Группе по редактированию и согласованию с текстом резолюции 19 C / PLEN / DR. 20. Те небольшие редакционные изменения, которые предложил сейчас Генеральный директор, приемлемы для нашей делегации, но в целом, учитывая нашу позицию, направленную на скорейшее принятие Декларации об основных принципах использования средств массовой информации, наша делегация в случае, если Вы, г-н Председатель, поставите эту резолюцию на голосование, воздержится.

65.5 Наше последнее пожелание Генеральному директору - и просьба довести эту работу до конца в ближайшее двухлетие с привлечением максимального количества экспертов на основе проекта декларации (док. 19 C/91), как единственного официального документа вынешней сессии.



65.6 Г-н Ю.В. КАШЛЕВ (Союз Советских Социалистических Республик):
(продолжение). . . .

по этому вопросу, и мы надеемся, что на двадцатой сессии Генеральной конференции мы сможем, наконец, утвердить приемлемый для большинства государств текст Декларации. Спасибо, г-н Председатель.

66. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of the USSR and call upon the Chairman of the Drafting and Negotiation Group to sum up what previous speakers have said.

67.1 M. BOISSIER-PALUN (Bénin), président du Groupe de rédaction et de négociation :

Merci, Monsieur le Président. Les interventions qui viennent d'être faites soulignent l'intérêt de la question, son importance et aussi la diversité des différents points de vue qui ont été exprimés tant au sein de la Commission III qu'au sein du Groupe de rédaction et de négociation et du sous-groupe que nous avons constitué. Il ressort à l'évidence qu'à cette session, il n'était pas possible de parvenir à élaborer un texte qui reflète une opinion unanime. Je répète que la question est très importante, peut-être même la plus importante de celles dont s'occupe l'Unesco dans le domaine de sa compétence ; s'il y a des divergences d'opinion ou au moins des nuances très sensibles entre les positions des uns et des autres, le Groupe de rédaction et de négociation est pourtant parvenu à un consensus pour suggérer à la Conférence générale de renvoyer l'examen de l'ensemble de la question à sa vingtième session. Le libellé du projet de résolution tient compte aussi du fait, unanimement souligné par les membres du groupe qui exprimaient des opinions opposées, qu'aucune déclaration n'aurait de réelle valeur si elle n'emportait l'adhésion générale. C'est donc dans ce souci d'aboutir à une déclaration recueillant l'adhésion du plus grand nombre possible d'Etats membres, sinon de tous, dans le souci aussi de distinguer entre les parties normatives et les actions précises à mener en vue de rompre le déséquilibre que vient de nous signaler le délégué de l'URSS dans le domaine de la répartition des moyens d'information entre les pays développés et les pays sous-développés, que les différentes tendances représentées au sein du groupe ont été d'accord pour vous proposer de renvoyer la question à la vingtième session, mais il ne saurait être question ni de l'enterrer ni de l'enfermer dans un cadre quelconque. L'invitation faite au Directeur général concerne bien la question dont nous sommes saisis, mais l'élargit à toutes autres suggestions qu'il lui paraîtra nécessaire de présenter à la Conférence générale à sa vingtième session.

67.2 C'est compte tenu de ces observations que je voudrais lancer un appel à la Conférence générale pour que, malgré l'intention que vient de manifester notre collègue de l'Union soviétique, il n'y ait pas d'abstention, puisqu'en fait, tout le monde est d'accord. Certains déplorent que l'on n'aille pas assez vite, mais il ne servirait à rien d'aller vite si, à l'arrivée, nous n'étions pas d'accord. Je pense qu'il valait mieux prendre ce recul ; c'est l'opinion unanime du Groupe de rédaction et de négociation et je demande particulièrement à nos amis des pays socialistes de ne pas s'abstenir, en tenant compte du fait que le projet de résolution assigne, au paragraphe 2 de son dispositif, un calendrier au Directeur général pour l'exécution



de la tâche qui lui est demandée. J'estime pour ma part que plus nous serons à soutenir ce projet de résolution, plus son autorité sera grande et plus nous aurons de chance de parvenir à un résultat positif à la vingtième session.

67.3 En ce qui concerne les modifications suggérées par le Directeur général, j'ai bien indiqué, en vous présentant le projet de résolution, quelle était l'intention du Groupe de rédaction et de négociation. La rédaction suggérée par le Directeur général reflète exactement l'idée du groupe et elle a le mérite d'être plus claire et plus conforme aux règles de fonctionnement du Secrétariat que la nôtre. Je voudrais d'autre part, pour rassurer la déléguée des Pays-Bas, lui dire que lorsque nous avons employé l'expression "consultations d'experts gouvernementaux et non gouvernementaux", c'était pour indiquer que nous laissons la plus grande liberté au Directeur général dans ce domaine ; la rédaction que ce dernier suggère me paraît plus claire à cet effet et elle reflète fidèlement l'opinion du Groupe de rédaction et de négociation. Je vous demande donc d'adopter le projet de résolution 19 C/PLEN/DR.20, avec les modifications suggérées par le Directeur général, et je répète que le voeu du Groupe de rédaction et de négociation est que cette adoption soit unanime. Merci, Monsieur le Président.

68.1 The PRESIDENT:

I thank the Chairman of the Drafting and Negotiation Group for his summing up.

68.2 I hope that the other distinguished delegates who still wish to speak on this point will be very, very brief. The delegate of Yugoslavia has the floor.

69.1 Mr. BOZOVIĆ (Yugoslavia):

Thank you, Mr. President. I do not think we have wasted our time here in this Conference - I will be extremely brief. I am not going to speak on the resolution, but on what was stated at the outset - namely that we were called upon to adopt, not the draft declaration, but a draft declaration, on the rôle of the mass media, and with goodwill on all sides we could have succeeded. The text which was proposed to the Drafting and Negotiation Group by one member of the Group was a text which could have commanded the support of all.

69.2 Now, with regard to the suggestion made by the Director-General, we said that we would leave it to him in full confidence to decide on the best possible way to arrive at a text which he would then propose to the various governments. We would have preferred that a committee of governmental experts be invited to prepare that text, although the meetings of that committee could have been preceded by meetings of any other bodies which the Director-General might think it necessary to call in order to assemble the contributions of the largest possible range of groups and individuals with regard to the question. This, Mr. President, is what we wanted to say on behalf of the delegation of Yugoslavia. Thank you, Sir.

70. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Yugoslavia and call upon the distinguished delegate of China to make a brief statement.

71.1 Mr. HU SHA (China):

Mr. President I shall be very brief. With regard to the problem of drawing up a draft declaration on the use of the mass media, the Chinese delegation stated



its position in Programme Commission III when this question was brought up for discussion. In order to save time, I will not repeat what we said there. We would simply request that our statement made in Commission III be included in the record.

71.2 When the present draft resolution under discussion was approved by the Drafting and Negotiation Group, the Chinese delegate was absent. Should you put it to the vote, the Chinese delegation would not take part in the voting. This is because we have reservations concerning this present draft declaration, just as we stated in Commission III. Thank you, Mr. President.

72.1 The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of China for explaining his delegation's point of view so briefly. I assure him that his request will be acceded to⁽¹⁾. Does any delegation wish a formal vote to be taken on the draft resolution contained in document 19 C/PLEN/DR.20 amended?

72.2 There being no request for a formal vote I declare the resolution to be adopted.

72.3 I now give the floor to the delegate of Cuba to explain his delegation's vote.

73.1 El Sr. LE RIVEREND (Cuba):

Muchas gracias, señor Presidente. Puesto que no ha habido votación, debemos decir que, en caso de que la hubiera habido, habríamos votado por el proyecto de resolución 19 C/PLEN/DR.20, aunque debemos hacer algunas aclaraciones sobre nuestra posición.

73.2 Observamos que el punto de partida de algunas representaciones, desde el inicio, fue que no habría consenso. Sin embargo, nosotros tenemos la impresión de que la mayoría deseaba cumplir, por lo menos en parte del texto, con el mandato que la Conferencia General había dado al Grupo de Redacción y Negociación. En este sentido, puede hablarse de un proyecto presentado en el curso de los debates del Grupo de Redacción en que podía haberse logrado un consenso, por lo menos en lo que concierne a una parte del texto, y que lo que no fuera objeto de acuerdo final, quedara sometido a decisión de la plenaria. De todos modos, creemos que el proyecto de resolución merecía que lo votásemos a favor, con la aclaración y las enmiendas del Director General y a reserva de la presentación del texto definitivo final en la 20a. reunión de la Conferencia General. Muchas gracias, señor Presidente.

74. The PRESIDENT:

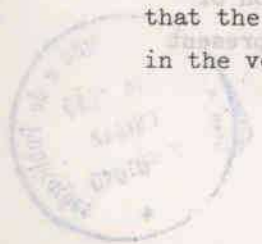
I thank the distinguished delegate of Cuba and call upon the distinguished delegate of the United States of America.

(1) The statement made by the delegate of China in the course of the discussion of this subject in Programme Commission III is reproduced as Annex I to the present Verbatim Record.



75. Mr. REINHARDT (United States of America):

Thank you, Mr. President. Mr. President, we consider the adoption without dissent of this compromise resolution to be a very positive and constructive step by the General Conference. In our view, it rejects the idea that Unesco should attempt to adopt an important declaration of principle without the support of the broadest possible spectrum of its membership. Indeed, the first operative paragraph authorizes the Director-General to hold consultations with a view to preparing a draft declaration "which could meet the largest possible measure of agreement". We believe that Unesco can make a significant contribution to the sharing of all peoples in the benefits of modern communications technology, and we agree that the ways in which this Organization might best go about it should be fully explored. As we said in our earlier comments on this subject, we believe that an expansion, rather than a contraction, of the international flow of communications will bring the greatest benefit to all people. Such a flow must be two-way if the maximum benefits are to be derived, and it should allow the free and open exchange of ideas and information. It is also important to the success of any future work in this area to remain aware that the nature of the relationship between the government and the mass media in a particular country is a fundamental element of the political and social system of that country. Those who aspire to suggest international guidelines in this area, therefore, must act with care, first to identify principles and ideas common to the many different political systems, and second, to recommend future actions or policies only on the basis of very broad consensus among all the States concerned. Only in this way will Unesco be able to develop a declaration of principles which will be realistic, constructive and respected. With regard to the rôle of the mass media, we believe there are many areas where such broad agreement could be found and where constructive common action could be taken. We have suggested a number of such areas in the United States statement on Unesco mass media programmes ... such as studies and seminars already provided for in document 19 C/PLEN/DR.19, and in our offer to join other countries with advanced communication capacities in endeavouring to make available through binational and multinational channels, both governmental and private assistance to other States in helping them to meet their basic communications needs. We believe that both private experts and governments should fully consider beneficial actions of these types, rather than wasting more effort and time arguing about devices and restrictive political efforts which we all know cannot possibly result in broad agreement. We look forward, Mr. President, to assisting and participating in any future consultations called by the Director-General on this subject. We would also like to give special thanks to the Chairman of the Drafting and Negotiation Group, Mr. Boissier-Palun, as well as Mr. Parthasarathi and all other members of the working group who, despite major ideological differences, have succeeded in creating a true dialogue and in avoiding a confrontation in our consideration of this agenda item. Finally, Mr. President, the United States delegation respectfully requests that the statement made by us in Programme Commission III on this subject be included in the verbatim records of this plenary meeting. Thank you, Mr. President.



76.1 The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of the United States of America and assure him that his delegation's statement in Programme Commission III will appear in the record⁽¹⁾.

76.2 I now call upon the distinguished delegate of the Netherlands.

77.1 M. de GORTER (Pays-Bas) :

Merci, Monsieur le Président. La résolution que nous venons d'adopter ne signifie en rien que nous avons reculé pour mieux sauter. Votre coup de marteau appelle de ma part une explication, étant donné que la délégation des Pays-Bas était en faveur de ce texte - et elle tient à remercier en passant le Président du Groupe de rédaction et de négociation de ses efforts.

77.2 Lorsque le point 69 de l'ordre du jour a été soumis à la Commission III, qui en a longuement débattu, j'ai appelé de mes vœux la définition d'une procédure permettant, dans l'intérêt de tous, d'arriver à un consensus sur cette question controversée, ou tout au moins à une déclaration qui, fondée sur le plus petit commun dénominateur, fût la moins mauvaise possible. Nous savons d'expérience, pour en avoir eu la preuve au fil des ans, que des problèmes essentiels aux yeux de tous sont posés en termes différents selon les continents, les régions, les pays, les régimes politiques et sociaux. Le projet de déclaration concernant les principes fondamentaux de l'emploi des moyens de grande information en vue de renforcer la paix et la compréhension internationale et de lutter contre la propagande belliciste, le racisme et l'apartheid n'a pas échappé à ces contradictions fondamentales, d'où l'impossibilité de se mettre d'accord sur des définitions, des notions formulées dans un langage ayant l'assentiment de tous. Ce projet de déclaration était ainsi le prototype d'un texte inutilisable à l'échelle universelle. Le Groupe de rédaction et de négociation en est convenu, et la Conférence générale vient de le suivre en invitant le Directeur général à procéder à de larges consultations d'experts - dont je veux croire qu'ils seront aussi bien gouvernementaux que professionnels - dans le but d'arriver à une rédaction qui soit en mesure de recueillir une large adhésion. Le paragraphe 1 du dispositif parle de "recueillir le plus de suffrages possible" : le mandat est clair, et le Directeur général se doit par conséquent de rechercher et d'obtenir un vaste consensus.

77.3 En prononçant ce mot de "consensus", je n'oublie pas que le mérite de la présente résolution est dû précisément à la volonté de conciliation du Directeur général. Certes, en proposant la création du Groupe de rédaction et de négociation, il n'a pas administré à l'Organisation un remède miracle, mais il a mis en pratique une de ses idées fondamentales, qu'il a définie avec rigueur dans son introduction au débat de politique générale. "Cette Conférence générale, a-t-il dit en concluant, n'est pas seulement un lieu de rencontre et d'échanges d'idées - quelle que soit son

(1) The statement made by the delegate of the United States of America in the course of the discussion of this subject in Programme Commission III is reproduced as Annex II to the present verbatim record.



importance sur ce plan, grâce aux débats auxquels elle donne lieu. Elle est le moyen de la transformation des intentions multiples des délégations en une volonté commune, dont, pour deux ans, le programme de l'Unesco devient l'incarnation et la manifestation vivante. Pour qu'il en soit vraiment ainsi, il faut un accord sur les fins, un accord sur les moyens, et il faut enfin la ferme résolution de s'attacher à ce qui unit bien plus qu'à ce qui divise." Voilà en réalité ce qu'a symbolisé le coup de marteau du Président de cette assemblée.

77.4 Monsieur le Président, le Groupe de rédaction et de négociation a fait ici ses preuves, dans ce que certains ne manqueront pas d'appeler "l'esprit de Nairobi", mais que pour ma part, afin de lui rendre un hommage mérité, j'appellerai "l'esprit du Directeur général". Il est vrai qu'il s'agit d'un enfant de cette terre d'Afrique. Souhaitons que la vingtième session de la Conférence générale se souvienne dans deux ans que l'Unesco tire sa sève de l'union et non de la division. En effet, une déclaration sur les moyens de grande information doit refléter une position commune, afin que puisse souffler le vent de la liberté d'expression en un dialogue permanent à la mesure des hautes et imprescriptibles tâches de l'Unesco. Merci, Monsieur le Président.

78. The PRESIDENT:
I thank the distinguished delegate of the Netherlands and call upon the distinguished delegate of the Philippines.

79.1 Mr. BARADI (Philippines):
Thank you very much, Mr. President. At a time when the voices of war propaganda, racism and apartheid are becoming increasingly shrill and at a time when agents of regional and international tensions are everywhere on the march, the Philippine delegation supports and endorses the draft declaration adopted on fundamental principles governing the use of the mass media in strengthening peace and international understanding.

79.2 In this connexion, Mr. President, may we define an area where the competence of Unesco could help initiate and implement a continuing programme for the strengthening of peace and the promotion of international understanding. We are thinking of an international programme for journalists of Member States whereby media men are given the opportunity to make on-the-spot reports on the activities and affairs of other countries, starting off at the regional level. In this way they would be given a chance to see for themselves what is actually happening in a troubled area, and would not have to rely on news reports coming off the ticker tape and tele-printing machines. This specific programme, I submit, is all the more welcome to member nations of the Third World, to which we have the honour to belong, since many of us cannot afford to send correspondents to cover every nook and cranny of the globe. As it is now, Mr. President, the flow of information is often one-sided and unrepresentative, in the sense that news developments are almost always written from the point of view of the originating country, not to mention the point of view of multinational agencies. As the saying goes, "seeing is believing". In the area of cultural exchange for instance, we also believe that credibility and



better understanding would be best achieved if say, a team of Kenyan broadcast journalists were given a chance to produce a documentary programme about my country, the Philippines, which would be presented here in Kenya in a manner which would project the Kenyan journalists point of view, and the reverse would also be true. The details and mechanics of such a scheme have yet to be worked out, but the need for such a programme cannot be over-emphasized now. Mr. President, we believe that this is one way in which the wisdom and competence of Unesco could be harnessed in the interests of strengthening peace and international understanding as well as in combating war propaganda, racism and apartheid. Thank you, Mr. President.

80. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of the Philippines and wish to announce that I have now closed the list of speakers. As they say in my tribe, if you eat too much honey it no longer tastes sweet and ceases to be good. May I call upon the distinguished delegate of Romania.

81.1 M. LIPATTI (Roumanie) :

Monsieur le Président, permettez-moi un très brève explication de vote, qui en réalité n'en est pas une puisqu'il n'y a pas eu de vote en bonne et due forme. Monsieur le Président, la délégation roumaine avait espéré que, lors de cette session, une convergence de vues puisse se réaliser sur cette question très importante qui nous occupe, tant dans le domaine des principes que dans le domaine de l'action pratique. Tel n'a pas, malheureusement, été le cas. Dès lors, il me semble que la solution que contient la résolution que nous venons d'adopter est sage, et que les mesures qui y sont préconisées, à savoir le renvoi à la vingtième session de cette importante question, après qu'auront eu lieu de larges consultations d'experts gouvernementaux et non gouvernementaux.

81.2 S'il y avait eu vote, la délégation roumaine aurait voté en faveur du projet de résolution, et dès lors elle se propose, pour sa part, d'apporter sa contribution, aux côtés des autres Etats membres, à l'élaboration du projet de déclaration qui sera, espère-t-elle, adopté lors de la vingtième session de la Conférence générale. Merci, Monsieur le Président.

82. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Romania and call on the distinguished delegate of Syria.

٨٣ - السيد الدكتور حسان مريود (الجمهورية العربية السورية)
السيد الرئيس . بودى ان اتقدم بملاحظات قليلة مختصرة ، لا بد من تأكيدها مجددا . أولى هذه الملاحظات : أننا بحاجة حقا الى نظام اعلامى جديد ، ذلك لأن نظم الاعلام والمعلومات فى البلاد النامية مازالت تتسم بحالة من التبعية تدعو الى القلق الشديد . ولأن عالمنا المحفوف بالمخاطر بحاجة ماسة الى تبادل للأخبار اكثر توازنا من التبادل القائم حاليا بين الدول المتقدمة والدول النامية ؛ ولأنه ينبغي أن يكون للبلدان النامية الحق ، كل الحق ، فى الاعلام وفى الحصول على المعلومات بطريقة موضوعية صادقة . سيادة الرئيس ، اننا نعيد تأييدا كاملا المبادئ الواردة فى إعلان سان خوسيه عن وسائل الاعلام . وأخيرا ، نعيد بحرارة التعديلات التى تقدم بها السيد المدير على مشروع القرار رقم ٢٠ الذى تم اقراره . وشكرا ، السيد الرئيس .



84. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Syria and call upon the distinguished delegate of Portugal.

85.1 Mme PINTASILGO (Portugal) :

Merci, Monsieur le Président. Je donnerai comme mes collègues une explication de vote à propos d'un vote qui n'a pas eu lieu. J'aimerais dire quelques mots de l'importance que ma délégation attache à cette résolution et à la déclaration que nous adopterons lors de la vingtième session de la Conférence générale.

85.2 Ma délégation a essayé, au cours du débat qui a eu lieu en Commission III, d'évoquer les questions de fond que pose le rôle des mass media dans le renforcement de la paix. Nous avons souligné que, pour nous, il ne s'agissait pas seulement d'un affrontement de positions politiques, mais qu'il y avait là d'autres questions, notamment un problème immédiat qui est le déséquilibre entre le nord et le sud. Des résolutions ont été adoptées pendant la présente session de la Conférence générale, que nous considérons comme des étapes vers la grande déclaration finale. Mais il reste la question du fond qui, elle, est d'ordre épistémologique, sociologique, culturel, ainsi que politique stricto sensu. Et sans vouloir me ranger du côté de très grandes puissances, j'aimerais demander à mon tour que l'intervention de ma délégation en Commission III soit reproduite dans les actes de la Conférence générale.

85.3 Cela dit, nous aimerions faire deux petites suggestions. La première concerne le paragraphe 1 du dispositif de la résolution que nous venons d'adopter. Nous estimons tout d'abord que l'autorité dont a fait preuve le Directeur général et les efforts qu'il a déployés à tous les stades, qu'il s'agisse de la présente session ou des réunions et des échanges de vues préalables à cette session permettent à toutes les délégations de lui accorder leur entière confiance et de le remercier profondément. Tout à l'heure, le délégué des Pays-Bas a parlé de la nécessité de faire appel, dans le cadre des consultations élargies prévues, à des experts non gouvernementaux, et notamment, m'a-t-il semblé, à des experts professionnels ; j'aimerais suggérer au Directeur général que cette consultation s'étende aussi aux sociologues et à d'autres types d'experts, qui puissent envisager la question dans son ensemble, y compris le rôle que les mass media jouent en fait dans l'opinion publique et dans la formation de la pensée.

85.4 Ma deuxième remarque concerne le paragraphe 2 du dispositif, où nous aurions souhaité qu'un appel soit lancé aux Etats membres. Il est dit en effet dans ce paragraphe que le Directeur général présentera aux Etats membres, en temps opportun, le projet de déclaration. Or l'expérience nous a très souvent enseigné que les réunions d'"experts" ou les consultations des Etats membres se placent plutôt au niveau politique stricto sensu qu'au niveau des experts. Aussi, voudrais-je lancer un appel à tous les Etats membres pour que leurs réponses au Directeur général se situent non seulement au niveau politique bien entendu, puisqu'elles viendront d'Etats, mais surtout au niveau culturel, où se situe le rôle essentiel de l'Unesco. Merci, Monsieur le Président.



86.1 The PRESIDENT:

Ladies and gentlemen, I thank the distinguished delegate of Portugal who was our last speaker for this morning. Her delegation's statement made in Programme Commission III will also appear in the record⁽¹⁾. This afternoon we shall deal first with item 13 and item 39, after which we shall come back to the Drafting and Negotiation Group for the remaining item 76.

86.2 Before the meeting is dismissed, I call upon the Director-General to say a few words.

87.1 Le DIRECTEUR GENERAL :

Je vous remercie, Monsieur le Président. Monsieur le Président, avant que vous ne leviez la séance, je voudrais dire à tous les délégués ici présents que je souscris entièrement à votre interprétation de la mission que me confie le paragraphe 1 du dispositif de la résolution 19 C/PLEN/DR.20 qui vient d'être adoptée. Il s'agira de larges consultations, mais je peux donner l'assurance aux délégués que je les mènerai dans les meilleures conditions possibles. Ce que j'ai voulu éviter en suggérant un amendement au paragraphe, c'est, je le répète, qu'il y ait confusion entre le processus d'élaboration d'une déclaration - laquelle a un caractère incontestablement éthique - et le processus d'élaboration des recommandations et des conventions qui comporte, si la Conférence générale en décide ainsi, la convocation d'un comité spécial d'experts gouvernementaux. La préparation du projet de déclaration en cause n'implique pas, me semble-t-il, la convocation d'un tel comité. Il n'en reste pas moins que je pourrais être amené à cette occasion à consulter à titre personnel, des spécialistes de services gouvernementaux.

87.2 Monsieur le Président, je voudrais aussi donner à la Conférence générale des informations complémentaires sur le déraillement du train qui a été annoncé ce matin. Nous avons envoyé sur place deux équipes en automobile et en hélicoptère. Nous n'avons pas encore reçu d'elles de nouvelles précises, mais, d'après des renseignements que je vous communique sous toutes réserves, beaucoup de ceux qui envisageaient de prendre ce train avaient annulé leur réservation au dernier moment. Il n'y aurait donc peut-être pas autant de fonctionnaires du Secrétariat dans le train que nous le pensions au début. D'après d'autres informations, il semblerait qu'il n'y aurait pas plus de deux ou de trois étrangers dans les wagons qui ont déraillé. Je pense qu'au début de l'après-midi je pourrai vous donner des nouvelles beaucoup plus détaillées. En ce qui concerne les membres de délégations qui auraient pu se trouver dans le train, je peux vous annoncer tout de suite que ce n'était pas le cas de M. Todorov et de la délégation bulgare. Parmi les personnes qui auraient pu être dans le train il y aurait peut-être un membre de la délégation des Pays-Bas, deux membres de la délégation espagnole, deux membres de la délégation belge et six fonctionnaires du Secrétariat. Dès que nous aurons des informations plus sûres, je ne manquerai pas de vous les communiquer. Merci, Monsieur le Président.

(1) The statement made by the delegate of Portugal in the course of the discussion of this subject in Programme Commission III is reproduced as Annex III to the present verbatim record.



88. The PRESIDENT:

The PRESIDENT: 88.1

Ladies and gentlemen the meeting is adjourned until 3.30 p.m.

... Her delegation's statement made in progress... This afternoon we shall deal first... I will also appear in the record... with item 13 and item 39, after which we shall come back to the President and his...

The meeting rose at 1 p.m.

La séance est levée à 13 h.00

Se levanta la sesión a las 13.00

Заседание закрывается в 13.00

رفعت الجلسة في الساعة الواحدة بعد الظهر.

... Monsieur le Président, Monsieur le Président, avant que vous ne leviez la séance, je voudrais dire à tous les délégués les présents que je soustraie entièrement à votre interprétation de la mission que me confie le paragraphe 1 du dispositif de la résolution 19 C/VR.36 qui vient d'être adoptée. Il s'agit de laisser consultants, mais je peux donner l'assurance aux délégués que je les mènerai dans les meilleures conditions possibles. Ce que j'ai voulu éviter en suggérant un amendement au paragraphe, c'est, je le répète, qu'il y ait confusion entre le processus d'élaboration d'une déclaration - laquelle a un caractère incontestable - et le processus d'élaboration des recommandations et des conventions qui composent, et la Conférence générale en décide ainsi, la convocation d'un comité spécial d'experts gouvernementaux. La préparation du projet de déclaration en cause n'implique pas, me semble-t-il, la convocation d'un tel comité. Il n'en reste pas moins que je voudrais être amené à cette occasion à conseiller à titre personnel, des spécialistes de connaissances spécialisées. Je voudrais aussi donner à la Conférence générale des informations complémentaires sur le déroulement du train qui a été annoncé ce matin. Nous avons envoyé sur place deux équipes en automobile et en hélicoptère. Nous n'avons pas encore reçu d'elles de nouvelles précises, mais, d'après des renseignements que je vous communique sous toutes réserves, beaucoup de ceux qui enviaient de prendre ce train avaient annulé leur réservation au dernier moment. Il n'y aurait donc peut-être pas autant de fonctionnaires du secrétariat dans le train que nous le pensions au début. D'après d'autres informations, il semblerait qu'il n'y aurait pas plus de deux ou trois étrangers dans les wagons qui ont défilé. Je pense qu'au début de l'après-midi je pourrais vous donner des nouvelles beaucoup plus détaillées. En ce qui concerne les membres de délégations qui seraient pu se trouver dans le train, je peux vous annoncer tout de suite que ce n'était pas le cas de M. Todarov et de la délégation bulgare. Parmi les personnes qui seraient pu être dans le train il y aurait peut-être un membre de la délégation des Pays-Bas, deux membres de la délégation espagnole, deux membres de la délégation belge et six fonctionnaires du secrétariat. Dès que nous aurons des informations plus sûres, je ne manquerai pas de vous les communiquer. Merci, Monsieur le Président.



(1) The statement made by the delegate of Portugal in the course of the discussion on this subject in Programme Commission III is reproduced as Annex III to the present verbatim record.

ANNEX I

to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting
Statement made by Mr. Chou Shih-nung (China) at the 16th meeting of Programme
Commission III on item 69 of the agenda

Mr. Chairman,

The Chinese delegation considers that the drafting of a declaration by Unesco is something that requires serious work. A declaration should truly and fully reflect the situation regarding the problems in a certain respect and provide approaches and solutions in line with the interests of the people of the world. Only thus can a declaration be truly beneficial to the work of this Organization and the just cause of the people of the world.

In our opinion, the "Draft Declaration" annexed to document 19 C/91 is far from meeting the requirement mentioned above.

We note that delegates of the Third World countries have voiced a number of just demands as regards the content of this draft declaration. Mention is made in this draft declaration of opposition to racism and apartheid, of a new international economic order and "the right of countries and peoples to protect and preserve their cultures". These are correct.

However, we cannot but point out that the super-powers are trying, by hook or by crook, to make this draft declaration serve their respective ulterior motives. This is clear to many Member States.

As everybody knows, the use of the mass media is a matter covering a wide range of aspects and closely linked with the existing international situation. At present, the common task which is of prime importance, most pressing and of major concern to the people of all countries of the world is that of opposing imperialism, colonialism, racism, Zionism and big-power hegemonism. Therefore, we think that a draft declaration of fundamental principles governing the use of the mass media should take, as its fundamental principles, the opposition to imperialism, colonialism, Zionism and big-power hegemonism in addition to the opposition to racism and apartheid and other principles. But what is lacking in the draft declaration placed before us is precisely these extremely important basic principles. Besides, concerning some of the contents of this draft declaration, the Chinese delegation has views of its own, which we have made clear on other occasions and would not repeat here.

For these reasons, we made it clear at the last session of the General Conference that the draft declaration submitted to the Conference then lacked the basis for discussion. As for the present draft declaration, though redrafted by an experts meeting, our view remains that the basis for discussion is still lacking.



ANNEX II

to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting
Statement made by Mr. Kirkpatrick (United States of America) at the 16th meeting of
Programme Commission III on item 69 of the agenda

Mr. Chairman, we are confronted here by a conflict between opposite ideologies with respect to mass media. The differences cannot be resolved in this forum by discussion and debate. The differences are essentially political, an area Unesco traditionally has had the wisdom to avoid because of the danger that attempts to reconcile the irreconcilable could tear this Organization apart. Therefore, a better way must be found to resolve our problem. The best efforts of a group of experts working thoughtfully and rationally in a cool and unhurried manner will be required.

The draft declaration contained in document 19 C/91 reflects the views of some nations that regard the mass media as a political arm of the State. It reflects the view that information media are to be used as a tool or an implement to further the aims and objectives of the State. In these States the interests of the State take precedence over the interests of the citizens as individuals. Therefore, the media must be responsible to the State. It must submit to the control of the State. And the State must be constantly drafting new policies to control media as conditions change.

This view is totally rejected by nations that declare - in many cases by constitutional mandate - that their press, and by extension other mass information media, must be free from interference by the State.

In these nations the mass media, far from being a tool of the State, are a counterbalancing force exercising a restraining influence to prevent the abuse of power by the State. They are more than that, of course. They are an educational and information agency that brings to the citizens the information they need about their community and the world, which is essential if they are to make wise decisions as the holders of ultimate power in their governments.

In these nations mass media are an early warning device to alert the managers of government operating on behalf of the people that the people may desire change and improvement in their stewardship.

In these nations mass media also are a safety valve to permit protest to be ventilated before it becomes so explosive that only destruction of the government can bring relief.

Mr. Chairman, the delegation of the United States contends that the attempt in the draft declaration in document 19 C/91 to impose the philosophy of one of these ideologies upon the other and all the rest of the world besides is contrary to the spirit of tolerance and pluralism that should guide Unesco. We do not propose a draft declaration that would impose our free mass media system on all the world although we believe its intrinsic superiority would contribute to the improvement in the conduct of world affairs. We do not seek to use Unesco as a tool to make our views prevail.

Now having said this, we do acknowledge that developing nations are caught in the middle of this confrontation between opposing ideologies. They have some special problems and they deserve the most skilled attention of communication experts.



We are sympathetic to these problems and we are willing to help solve them. The first step should be a thoughtful, calm, and rational examination - not the kind of impassioned and partisan political discussion that threatens us here. Certainly, it is not in the best interests of the developing countries to require them here and now to accept one extreme or the other of the opposing ideologies.

It has been argued that this kind of examination already has been made by a group of experts and that document 19 C/91 represents the fruit of their labours.

As has already been pointed out this morning, Mr. Chairman, we contend that this draft was created by a small and unrepresentative group in Paris last December. Of the 85 Member States attending this meeting only 41 voted in favour of this draft resolution, 8 opposed, 3 abstained, and the remainder did not vote at all.

Hence, this draft was supported by less than one half of the nations originally attending the Paris meeting. That is a very narrow base, indeed, upon which to support a Universal Declaration and certainly does not even come close to representing that golden consensus that Unesco traditionally has sought.

The procedure of submitting such a controversial and politically charged document to a drafting and negotiation group is fully in accord with the general principle long maintained by the United States and others in Unesco forums, namely that normative actions of such universal nature should never be presented to the Member States for vote unless or until a high proportion of the States have already agreed to the direction to be followed and only when such proposals have such wide support that the resulting instrument will rest upon a sufficiently broad base of acceptance to ensure compliance with the provisions. Otherwise, such normative actions are no more than futile exercises in rhetoric and are useless as an effective basis for guiding the behaviour of States within the international community.

We reject, therefore, the argument that acceptance of this draft would be a matter of small importance because it would have no force of law and would not immediately alter existing systems. Acceptance of the draft would put the moral sanction of Unesco on the side of controlled and subservient mass media. It is a cynicism unworthy of the ideals of this Organization to adopt this resolution under this pretext that it is not significant. If the draft has no real significance, honesty and a respect for the opinions of mankind require that it be abandoned. If no coercion is intended by the drafters of this resolution, then why do we have such a resolution?

Earlier I pointed out that this draft declaration would be in conflict with the constitution of some States that guarantee a free press. Thus we have a legal problem that requires expert and deliberate attention.

However, as the representative of the Director-General pointed out when this item of the agenda was introduced, the draft is in conflict with the Constitution of Unesco itself and certainly it flatly contravenes the Universal Declaration of Human Rights which has guided Unesco through most of its history and which guarantees freedom of thought and the free flow of information.



If logic were to be followed, the proposers of this draft declaration should first propose nullifying the Unesco Constitution and the Universal Declaration of Human Rights before discussion of this draft should take place. What is advocated here is truly revolutionary for Unesco - a radical change of basic philosophy. It should not be considered until it has been subjected to long and thoughtful consideration by experts working in an atmosphere of tranquillity.

We would do well to recollect the eloquent words of the Director-General in his opening statement in plenary: "We must avoid those conflicts that take on the character of systematic confrontations. We should perhaps avoid even the adoption of resolutions ... that leave profound bitterness between us". The Director-General went on to appeal for tolerance and understanding and for "seeking consensus through patient dialogue".

These words of the Director-General seem particularly relevant to this discussion, as do the words of Ambassador Reinhardt on the same occasion when he said: "We must begin to develop a new working consensus ... a new basis for consultation and co-operation must be adopted ... The United States is present at this Conference to work with all nations to find a basis for such consultation and co-operation".

Finally, we are dealing with something very precious to all of us - our freedom, our right to self-determination. However our semantics may differ - and they differ, believe me - we are discussing conceptions all of us understand. In world history, most of our people have suffered oppression under colonialism, feudalism, and other forms of despotic power.

The United States was once an underdeveloped country and a victim of colonialism. It was weak militarily and poor economically. But when it achieved freedom and set up a new government, the founders of that nation believed that free expression and a free news media, undominated by the State, were so important that they guaranteed these freedoms for ever in our Constitution. Those who know American government well know that these very freedoms - even though they are sometimes extended close to abusive levels - have been a vital force in keeping the government stable of 200 years. These freedoms have been the foundations for all the other freedoms that we prize - academic freedom, freedom of scientific inquiry, freedom to practise and preserve a diversity of cultures.

These collateral freedoms, we contend, are basic to the survival of Unesco. If the mass media are shackled by Unesco's moral sanctions, will academic freedom be next? Will freedom of scientific research be the next target? Will freedom to enjoy cultural diversity be assailed?

These subjects are too fraught with significance to permit disposition in impromptu debate. They require deliberate and prolonged study. For this reason, we support the proposal offered by the delegation of Brazil to send this matter to the Drafting and Negotiation Group.

Thank you, Mr. Chairman.



ANNEX III

to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting
Statement made by Mrs. Pintasilgo (Portugal) at the 16th meeting of Programme
Commission III on item 69 of the agenda

Mr. Chairman, the analysis of the draft declaration on fundamental principles governing the use of the mass media in strengthening peace and international understanding and in combating war propaganda, racism and apartheid, as well as the report of the intergovernmental meeting of experts held in Paris leave the Portuguese delegation in some concern and perplexity. Our concern is related to the obvious division (clearly evident in the report of the experts' meeting of last December) among the Member States on the subject of certain basic issues which have been underlined by previous speakers. We would view with great apprehension the adoption of any declaration which was not proclaimed by the largest possible consensus. All efforts to reach that goal must take precedence over any hurried or unexplained manoeuvre. There is no doubt that all Member States are committed to help the mass media to fulfil their rôle in the broad context of resolution 4.111 of the eighteenth session of the General Conference, with regard to the strengthening of peace and international understanding and the struggle against war propaganda and racism. But - and this is our perplexity - is it possible to reach that ultimate purpose by moralizing statements such as those made in the draft declaration?

This is why we feel the need for a study in a much broader context which will take into account what has happened in the last year in different regions of the world, as was mentioned this morning by the delegate of Norway. The need for the same broad context was, in fact, underlined by the delegate of the USSR when he put before us this morning the overwhelming figures which so clearly demonstrate the dramatic increase in the volume of mass media operations in the world of today.

Now, it is my conviction that this leap in quantity raises the question of a qualitative change in methods of dealing with the matter at issue. Mass media cannot be dealt with simply in terms of the cumulative effect of numbers of broadcasting stations, newspapers or television receivers and viewers. Indeed there are a number of different aspects of this numerical growth which must be taken into account. There are, for example, new modes of formation of the individual's thinking and opinions - "the medium is the message", to quote the widely accepted formula of today. There are new types of interrelations between the persons and groups who are reading, listening to or watching the same events, regardless of the place in which those events may have occurred. There are new forms of interaction between nations with imbalances, gaps and distortions in the information received and transmitted, as well as the effects of the juxtapositions, interweaving and connexion of otherwise apparently unrelated events.

It is not within the limits of the time at our disposal during this Commission that we shall be able to give due consideration to such approaches. Let me, however, Mr. Chairman, point out where the Portuguese delegation considers the heart of the matter to be. The qualitative changes we observe in the mass media have



been referred to in some scientific sources as the emergence of a new power. In a certain sense, we are facing a revolution as drastic in its effects on the lives of individuals and nations as was the industrial revolution which began in the last century. The problem of the industrial revolution was formulated in terms of the rôle of economic power in the context of political power. It was soon seen that the manipulation of men by economic forces could not be regulated by moralizing statements of good intentions. Thus, new mechanisms and sometimes totally new structures had to be brought into existence.

But, with the mass media we are facing a power of a totally new and different nature. Therefore, rules that apply to the relations between economic power and political power are not adequate for the analysis of the new power of the mass media. This new power permeates our daily life and shapes our own opinions. Recently an article in the French newspaper "Le Monde", analysing the influence of television speakers and announcers asked the naïve question: "Why do we need to watch the television news every evening if we have already read the same items in the newspapers or heard them on the radio?" What new myth is awakened in us by this visual intrusion of the world into our living-rooms through the television set? The power of the mass media is not necessarily a centralized power. Power has many facets - and those countries which have recently lived through a revolution know what it is to witness the diffuseness and the decentralized character of power, which, in more stable periods, seems to be firmly implanted at the top of the different pyramids of decision-making.

We know so little about this new power resulting from modern technology that I do not dare go further. But let us not pretend that we can think without discontinuity about the changes which have occurred in the past 30 years. The well-known anthropologist, Margaret Mead, goes as far as to say that all those who were born before World War II are today "immigrants in time". As immigrants then, let us not draw false securities from the land (time) of which we were previously inhabitants. As immigrants, let us not pretend that our lives have not changed and that we can continue with the same values and criteria as before.

It is, therefore, as immigrants discovering a new land that we should approach the rôle of mass media and their contribution to peace. To my knowledge, very little has been done on a broad scale and in a fully scientific manner to analyse this new power. There is, therefore, a whole new field for research, for interdisciplinary analysis and for psycho-sociological interpretation. This is why the Portuguese delegation asks: Can Unesco proclaim a declaration on the rôle of mass media before this work of study and research has been carried out? Can Unesco - the world-wide platform for the consideration of culture, science and education - ignore the underlying complexity of the nature and rôle of the mass media and like some well-intentioned association of good people preach certain norms of behaviour which it feels the media should adopt?

It is the deep conviction of the Portuguese delegation that Unesco should be a pioneer in undertaking a study of the power of the media, based on the premises I



have just mentioned. That - and only that - could be, at this moment, an activity worthy of the rôle Unesco has to play in dealing with key issues of culture today. That - and only that - could be the Organization's own specific expression in contributing to the establishment of a new international economic and social order in the field of the rôle of the mass media.

Meanwhile, there are steps to be taken in a pragmatic way which, in due time, will bear fruit and will make a declaration on the rôle of mass media concerning peace, international co-operation and the struggle against war and racism a document attuned to reality. I am referring, particularly, to the draft resolutions submitted by several countries. It was in this perspective that Portugal co-sponsored document 19 C/5/DR.19 submitted by Tunisia, as one step along that road.

If there were strong pressures for the adoption of a declaration on the rôle of mass media in the near future, I would have to ask a few questions related to certain aspects which are totally absent from the present draft text. For example, is it harmless for peace, Mr. Chairman, to have mass media which, in all regions of the world, give priority to the capacity to have and to possess rather than to be and to live? Is it harmless for international understanding to continue in a planetary era, with mass media which maintains a provincial, if not nationalistic approach, confining the mentalities of people to their own particular corner of the world? Is it harmless for the struggle against war propaganda to continue to exhibit, from all parts of the world, television films on wars that have taken place in the past? Is it harmless for the eradication of racism to have mass media which ignore the marginal people, the voiceless members of their societies? These questions are just the most obvious ones. You can see, Mr. Chairman, and fellow delegates, that not only are they absent from the draft before us but they too seem to be moralizing questions! This is a clear indication that we shall have to take a new road if we are to approach this matter satisfactorily.

So, I will end this brief intervention as I started. The present draft declaration does not seem to us to fulfil the purpose for which it was designed. The rough outline I have just given points to the main reasons why we consider the draft before us as inadequate. Therefore, we suggest that the discussion and the adoption of a declaration on the rôle of the mass media in the strengthening of peace and international co-operation be adjourned until a later session of the General Conference. But, above all, we would request the Director-General to take whatever steps are required to carry out a more up-to-date analysis of the rôle of the mass media, taking into account all the substantive arguments invoked in this debate.



ANEXO IV

al acta literal de la trigésimo sexta sesión plenaria
Declaración del Sr. Muñoz (Colombia) en la 16a. sesión de la Comisión del Programa III,
sobre el punto 69 del Orden del Día

Sr. Presidente: La Delegación de Colombia desea precisar la posición de su Gobierno, en relación con el punto 69 del Orden del Día.

La Delegación de Colombia considera que el propósito de la "Declaración de Principios", contenida en el documento 19 C/91, es formular, con alcance mundial y carácter ético-deontológico, una exhortación a los Estados Miembros y a los órganos de comunicación de masas, respecto de la tarea que incumbe a los medios de información en la consolidación de la paz, la promoción del entendimiento entre los pueblos y la lucha contra la propaganda belicista, el racismo y el apartheid.

La fuerza moral de esta exhortación será tanto más efectiva, tanto más convincente, cuanto mayor sea el número de los Estados que la respalden.

Una declaración de principios aprobada por consenso de los Estados Miembros, será expresión de la conciencia mundial.

Dentro de este espíritu y esta aspiración, las delegaciones deben abordar la discusión de este documento con ánimo de comprensión y transacción, procurando consolidar el consenso mundial en torno a los grandes principios que nos unen y evitando la lucha estéril respecto de aquéllos que nos separan.

Esta es una de las discusiones en que no se puede olvidar la existencia de sistemas divergentes, en cuanto concierne a los medios de comunicación de masas, a los cuales corresponden opuestas concepciones respecto de la responsabilidad del Estado.

Sería falta de realismo político que las delegaciones se embarcaran en un debate a fondo sobre las excelencias de sus respectivos sistemas. Lo positivo, repito, es trabajar sobre aquellos principios que pueden aceptar y respaldar todos o la gran mayoría de los Estados Miembros.

Hay un punto de partida -un principio básico- respecto del cual puede y debe presumirse el acuerdo, y es el siguiente: La Declaración de Principios no puede contener ningún concepto restrictivo de la libre circulación de las ideas; principio éste consustancial con el espíritu y la misión de la Unesco y de las Naciones Unidas; principio aceptado por los Estados Miembros en la Carta de San Francisco, la Declaración Universal de los Derechos Humanos y la Constitución de la Unesco, como prerrequisito de los demás derechos y como cimiento de la comprensión y la paz.

La Delegación de Colombia considera que una Declaración de Principios sobre el empleo de los medios de comunicación de masas debe contener un llamamiento más enfático y encarecido a los Estados Miembros para que garanticen y faciliten la circulación de las ideas, la libre expresión y discusión del pensamiento, en el ámbito nacional, el tránsito de la palabra hablada y escrita, a través de las fronteras, ya que, como afirma la Constitución de la Unesco, "la incompreensión mutua de los pueblos ha sido motivo de desconfianza y de recelo entre las naciones y causa de que sus acuerdos hayan degenerado en guerra".



El espíritu belicista y la imagen distorsionada de los pueblos que lo ocasiona, sólo cederá al soplo de la irrestricta circulación de las ideas. Recordemos el apólogo clásico: Vi, en la lejanía, una fiera monstruosa; me acerqué y descubrí que era un hombre; me aproximé más aún y reconocí a mi propio hermano.

Es patente, además, que todos los Estados Miembros están unidos, en cuanto concierne a los grandes objetivos de la Declaración de Principios: la promoción de la paz y la comprensión internacional, la lucha contra la propaganda belicista, el racismo y el apartheid.

La discrepancia comienza en cuanto se refiere a la responsabilidad del Estado frente a los medios de comunicación de masas. Todos podremos votar aquella parte del articulado que invita a los Estados a "favorecer", "alentar", "fomentar", intercambios de información y hasta "promover" los medios de comunicación.

Pero hay, en el proyecto, artículos como el XII, que no pueden ser aceptados por Estados que tienen determinado régimen político.

El artículo XII, al asignar a los Estados la responsabilidad, en el plano internacional, de las actividades de todos los medios de comunicación de masas, quiebra toda la teoría de la responsabilidad del Estado, tal como se plantea ante el derecho internacional contemporáneo.

En el caso concreto de Colombia, la Constitución Nacional establece la libertad de la prensa y de los demás medios de comunicación. Es obvio que, dentro de este marco constitucional, el Estado colombiano no puede asumir la responsabilidad de las actividades de todos los medios de comunicación. Por el contrario, éstos, los órganos de información -para honra de Colombia, de la más alta calidad intelectual y moral- son responsables de sus actividades, de acuerdo con la ley. Dentro de la teoría vigente de la "Responsabilidad del Estado", el Estado colombiano sólo sería responsable en los casos de extralimitación de funciones, o de fallo en los medios legales de protección o denegación de justicia. Además, la terminología del artículo es vaga e incoherente. ¿Qué se entiende por "medios de comunicación sometidos a la jurisdicción del Estado"?

Si se trata de todos los medios de comunicación, el artículo es inaceptable; si se trata de los medios de comunicación oficiales, es superfluo.

Hay, asimismo, en el proyecto disposiciones inconvenientes para el entendimiento internacional, e importantes aspectos de la Declaración que deben ampliarse, completarse y actualizarse, de acuerdo con recientes expresiones de la cooperación internacional, de las aspiraciones de los países en desarrollo, y de los progresos de la técnica de las comunicaciones. Mi delegación se reserva el derecho de intervenir, sobre estos puntos, si la Comisión emprende la discusión detallada del articulado.

Por estas razones, la Delegación de Colombia propone que la consideración del documento 19 C/91 se aplaze y que se invite al Director General a que, previa consulta con los Estados Miembros y una adecuada asesoría técnica y jurídica, prepare un nuevo proyecto, teniendo en cuenta los resultados del debate de la presente Conferencia y la posibilidad de obtener el mayor consenso posible de los Estados Miembros acerca del alcance y del nivel intelectual, histórico y político de la Declaración de Principios. Dicho proyecto se someterá a la consideración de la próxima Conferencia General.



El espíritu belicista y la imagen distorsionada de los pueblos que lo ocasiona...
Este cederá al espíritu de la irreflexiva circulación de las ideas...
En paralelo, además, que todos los Estados Miembros estén unidos, en cuanto con-
siente a los grandes objetivos de la Declaración de Principios: la promoción de la
paz y la comprensión internacional, la lucha contra la propaganda belicista, el racis-
mo y el apartheid.

La dimensión comienza en cuanto se refiere a la responsabilidad del Estado
frente a los medios de comunicación de masas. Todos podremos estar apegados parte del
artículo que invita a los Estados a "favorecer", "alentar", "fomentar", "incororar"
de información y hasta "promover" los medios de comunicación.

Pero hay, en el proyecto, artículos como el XII, que no pueden ser aceptados por
Estados que tienen determinadas regímenes políticos.

El artículo XII, al asignar a los Estados la responsabilidad, en el plano inter-
nacional, de las actividades de todos los medios de comunicación de masas, plantea
toda la teoría de la responsabilidad del Estado, tal como se plantea ante el derecho
internacional contemporáneo.

En el caso concreto de Colombia, la Constitución Nacional establece la libertad
de la prensa y de los demás medios de comunicación. Es obvio que, dentro de esta mar-
ca constitucional, el Estado colombiano no puede asumir la responsabilidad de las acti-
vidades de todos los medios de comunicación. Por el contrario, éstos, los órganos de
información -para honrar el artículo XII del proyecto- son y serán -son

Fundação-Cuidar o Futuro

responsables de sus actividades, de acuerdo con la ley. Dentro de la teoría vigente
de la "Responsabilidad del Estado", el Estado colombiano sólo sería responsable en los
casos de extralimitación de funciones, o de falta en los medios legales de protección
o de garantía de justicia. Además, la terminología del artículo es vaga e incoherente.
¿Qué se entiende por "medios de comunicación sometidos a la jurisdicción del Estado"?
Si se trata de todos los medios de comunicación, el artículo es inaceptable; si
se trata de los medios de comunicación oficiales, es aceptable.

Hay, asimismo, en el proyecto disposiciones inconvenientes para el entendimiento
internacional, e importantes aspectos de la Declaración que deben ampliarse, comple-
tarse y actualizarse, de acuerdo con recientes expresiones de la cooperación interna-
cional, de las aspiraciones de los países en desarrollo, y de los progresos de la
técnica de las comunicaciones. Mi delegación se reserva el derecho de intervenir, so-
bre estos puntos, en la Comisión durante la discusión general del artículo.

Por estas razones, la Delegación de Colombia propone que la consideración del
documento 19 C/VI se aplase y que se invite al Director General a que, previa consulta
con los Estados Miembros y una adecuada asesoría técnica y jurídica, prepare un nuevo
proyecto, teniendo en cuenta los resultados del debate de la presente Conferencia y la
posibilidad de obtener el mayor consenso posible de los Estados Miembros acerca del
alcance y del nivel intelectual, histórico y político de la Declaración de Principios.
Este proyecto se someterá a la consideración de la próxima Conferencia General.



- Anexo III das actas completas da 36.ª sessão plenária da 19.ª Conferência Geral da UNESCO: declaração de M. Pintasilgo (Portugal) na 16.ª sessão da Comissão III do Programa, relativa ao ponto 69 da ordem do dia
(Anexo A)

COMUNICAÇÃO SOCIAL

I

A análise do projecto de declaração sobre os princípios fundamentais que devem orientar o uso dos "mass média" no reforço da paz e da compreensão internacional e no combate à propaganda de guerra, ao racismo e ao "apartheid", bem como o relatório do encontro intergovernamental de técnicos, que teve lugar em Paris, causam uma certa preocupação e perplexidade à delegação portuguesa.

A nossa preocupação deriva da divisão óbvia que se verifica entre os Estados-membros em relação a alguns problemas básicos, pelo que veríamos com grande apreensão a adopção de qualquer declaração que não fosse aceite pelo mais vasto consenso possível. Todos os esforços para alcançar esta meta devem preceder qualquer estratégia apressada ou inexplicado.

Não há dúvida de que todos os Estados-membros se comprometeram a ajudar os "mass media" a desempenhar o seu papel no amplo contexto da Resolução nº 4.111 da XVIII sessão da Conferência Geral, no sentido de reforçar a paz e a compreensão internacional e de lutar contra a propaganda de guerra e o racismo.

Mas - e resulta daqui a nossa perplexidade - será possível alcançar esse fim último através de afirmações moralizantes como as que se encontram no projecto de declaração ?

É este o motivo por que sentimos a necessidade dum estudo a efectuar num contexto muito mais alargado, que tenha em conta o espectacular aumento do volume das operações de "mass media" no mundo de hoje. (...)

É minha convicção que o salto quantitativo verificado levanta a questão duma mudança qualitativa nos métodos de tratamento do assunto. Os "mass media" não podem ser encarados simplesmente



em termos do efeito cumulativo dos números de estações emissoras, jornais ou espectadores de televisão.

Na verdade, têm de ser tomados em consideração muitos aspectos diferentes deste crescimento numérico.

Há novos modos de formação do pensamento e das opiniões do indivíduo - "o meio é a mensagem", para citar a fórmula tão amplamente difundida.

Há novos tipos de inter-relações entre pessoas e grupos que lêem, ouvem ou assistem aos mesmos acontecimentos, independentemente do lugar em que esses acontecimentos ocorrem.

Há novas formas de interacção entre as nações, com desequilíbrios, descontinuidades e distorções recebidas e transmitidas, bem como efeitos de justaposições, misturas e conexões de acontecimentos aparentemente não relacionados uns com os outros.

O tempo limitado de que dispomos não nos permite analisar devidamente estes novos aspectos da questão. Que me seja permitido, no entanto, chamar a atenção para o que a delegação portuguesa considera ser o fulcro do problema.

As mudanças qualitativas que se observam nos "mass media" têm sido consideradas por certas fontes científicas como a emergência dum novo poder. Num certo sentido, estamos perante uma revolução com efeitos tão drásticos na vida dos indivíduos e das nações como o foi a revolução industrial que se iniciou na segunda metade do século XVIII.

O problema da revolução industrial foi formulado em termos de poder económico no contexto do poder político. Depressa se viu que a manipulação dos homens por forças económicas não poderia ser regulada por moralizantes declarações de boas intenções. E tiveram assim de ser criados novos mecanismos e por vezes estruturas inteiramente novas.



Com os "mass media", porém, enfrentamos um poder de natureza totalmente nova e diversa. Por tal motivo, as regras que se aplicam às relações entre o poder econômico e o poder político não se adequam à análise do novo poder dos "mass media".

Este novo poder introduz-se na nossa vida diária e dá forma às nossas opiniões. Num recente artigo do jornal "Le Monde", em que se examinava a influência dos locutores de televisão, perguntava-se ingenuamente: "Porque precisamos nós de ver o noticiário da televisão todas as noites, se já lemos as mesmas notícias nos jornais ou já as ouvimos na rádio?" Que novo mito acorda em nós esta intrusão visual do mundo nas nossas casas através da televisão?

O poder dos "mass media" não é necessariamente um poder centralizado. O poder tem muitas facetas - e os países que recentemente viveram uma revolução testemunharam o carácter difuso e descentralizado do poder que, em períodos mais estáveis, parece achar-se firmemente implantado no topo das diferentes pirâmides de tomadas de decisão.

Conhecemos tão pouco sobre este novo poder resultante da tecnologia moderna que não me atrevo a ir mais longe. Mas não tenhamos a ilusão de que seja possível pensar sem descontinuidade acerca das mudanças que se verificaram nos últimos trinta anos.

A conhecida antropóloga Margaret Mead chega a afirmar que todos os que nasceram antes da Segunda Guerra Mundial são hoje "imigrantes no tempo".

Como imigrantes, não vamos então deduzir falsas certezas da terra - do tempo - que anteriormente habitámos.

Como imigrantes, não vamos pretender que as nossas vidas não mudaram e que podemos continuar com os mesmos valores e critérios de antes.

É, portanto, como imigrantes que descobrem uma nova terra, que devemos encarar o papel dos "mass media" e a sua contribuição



para a paz. Que eu saiba, muito pouco foi feito para analisar, em larga escala e de forma verdadeiramente científica, este novo poder. Há, assim, todo um novo campo de investigação, de análise interdisciplinar e de interpretação psico-sociológica.

É esta a razão por que a delegação portuguesa pergunta:

Poderá a UNESCO aprovar uma declaração sobre o papel dos "mass media", antes de concluir um tal trabalho? Poderá a UNESCO - esta plataforma mundial para o estudo da cultura, da ciência e da educação - ignorar a complexidade subjacente à natureza e ao papel dos "mass media" e pregar, como o fazem algumas associações bem intencionadas, certas normas de comportamento que, em seu parecer, os "mass media" deveriam adoptar?

A delegação portuguesa tem a convicção profunda de que a UNESCO deveria ser pioneira ao empreender o estudo do poder dos "mass media", baseado nas premissas que acabo de mencionar.

Esta - e apenas esta - poderia ser, neste momento, uma actividade digna do papel que a UNESCO tem de desempenhar em situações-chave da cultura de hoje.

Esta - e apenas esta - poderia ser a expressão específica da Organização na sua contribuição para o estabelecimento duma nova ordem económica e social internacional no campo dos "mass media" e da função que lhes cabe.

Entretanto, torna-se necessário tomar, de modo pragmático, atitudes que, a seu tempo, darão frutos e farão da declaração sobre o papel dos "mass media" quanto à paz, à cooperação internacional e à luta contra a guerra e o racismo, um documento em harmonia com a realidade. (...)

Na hipótese de haver pressões fortes para a aprovação, num futuro próximo, duma declaração sobre o papel dos "mass media", não quero deixar de fazer algumas perguntas relacionadas com aspectos que se encontram totalmente ausentes do actual texto do projecto.



Por exemplo, serão inofensivos para a paz os "mass media" que, em todas as regiões do mundo, dão prioridade à capacidade de ter e possuir sobre a de ser e viver ?

Serão inofensivos para a compreensão internacional, numa era planetária, os "mass media" que mantêm uma visão provinciana, senão nacionalista, limitando a mentalidade das pessoas ao seu pequeno canto do mundo ?

Serão inofensivos para a luta contra a propaganda de guerra alguns filmes televisivos, que continuam a ser exibidos em todo o mundo, sobre guerras do passado ?

Serão inofensivos para a eliminação do racismo os "mass media" que persistem em ignorar os grupos marginais, os membros sem voz dessas sociedades ?

Estas perguntas são apenas as mais óbvias. E é bem visível que não só estão ausentes do projecto que temos perante nós, como também parecem ser perguntas moralizantes... Esta é uma indicação clara de que teremos de seguir novo rumo se pretendermos abordar satisfatoriamente o assunto.

E, assim, terminarei esta breve intervenção como comecei. O actual projecto de declaração parece não satisfazer a finalidade a que se destinava. As rápidas observações que acabo de formular apontam os motivos principais pelos quais reputamos inadequado este projecto.

Sugerimos, pois, que a discussão e a adopção duma declaração sobre o papel dos "mass media" no reforço da paz e da cooperação internacional sejam adiadas até nova Conferência Geral. Mas, acima de tudo, sugerimos que sejam tomadas as medidas necessárias para se proceder a uma análise mais actualizada do papel dos "mass media", tendo em atenção todos os argumentos pertinentes invocados neste debate.



ANNEX III

to the verbatim record of the thirty-sixth plenary meeting
Statement made by Mrs. Pintasilgo (Portugal) at the 16th meeting of Programme
Commission III on item 69 of the agenda

Mr. Chairman, the analysis of the draft declaration on fundamental principles governing the use of the mass media in strengthening peace and international understanding and in combating war propaganda, racism and apartheid, as well as the report of the intergovernmental meeting of experts held in Paris leave the Portuguese delegation in some concern and perplexity. Our concern is related to the obvious division (clearly evident in the report of the experts' meeting of last December) among the Member States on the subject of certain basic issues which have been underlined by previous speakers. We would view with great apprehension the adoption of any declaration which was not proclaimed by the largest possible consensus. All efforts to reach that goal must take precedence over any hurried or unexplained manoeuvre. There is no doubt that all Member States are committed to help the mass media to fulfil their rôle in the broad context of resolution 4.111 of the eighteenth session of the General Conference, with regard to the strengthening of peace and international understanding and the struggle against war propaganda and racism. But - and this is our perplexity - is it possible to reach that ultimate purpose by moralizing statements such as those made in the draft declaration?

This is why we feel the need for a study in a much broader context which will take into account what has happened in the last year in different regions of the world, as was mentioned this morning by the delegate of Norway. The need for the same broad context was, in fact, underlined by the delegate of the USSR when he put before us this morning the overwhelming figures which so clearly demonstrate the dramatic increase in the volume of mass media operations in the world of today.

Now, it is my conviction that this leap in quantity raises the question of a qualitative change in methods of dealing with the matter at issue. Mass media cannot be dealt with simply in terms of the cumulative effect of numbers of broadcasting stations, newspapers or television receivers and viewers. Indeed there are a number of different aspects of this numerical growth which must be taken into account. There are, for example, new modes of formation of the individual's thinking and opinions - "the medium is the message", to quote the widely accepted formula of today. There are new types of interrelations between the persons and groups who are reading, listening to or watching the same events, regardless of the place in which those events may have occurred. There are new forms of interaction between nations with imbalances, gaps and distortions in the information received and transmitted, as well as the effects of the juxtapositions, interweaving and connexion of otherwise apparently unrelated events.

It is not within the limits of the time at our disposal during this Commission that we shall be able to give due consideration to such approaches. Let me, however, Mr. Chairman, point out where the Portuguese delegation considers the heart of the matter to be. The qualitative changes we observe in the mass media have



been referred to in some scientific sources as the emergence of a new power. In a certain sense, we are facing a revolution as drastic in its effects on the lives of individuals and nations as was the industrial revolution which began in the last century. The problem of the industrial revolution was formulated in terms of the rôle of economic power in the context of political power. It was soon seen that the manipulation of men by economic forces could not be regulated by moralizing statements of good intentions. Thus, new mechanisms and sometimes totally new structures had to be brought into existence.

But, with the mass media we are facing a power of a totally new and different nature. Therefore, rules that apply to the relations between economic power and political power are not adequate for the analysis of the new power of the mass media. This new power permeates our daily life and shapes our own opinions. Recently an article in the French newspaper "Le Monde", analysing the influence of television speakers and announcers asked the naïve question: "Why do we need to watch the television news every evening if we have already read the same items in the newspapers or heard them on the radio?" What new myth is awakened in us by this visual intrusion of the world into our living-rooms through the television set? The power of the mass media is not necessarily a centralized power. Power has many facets - and those countries which have recently lived through a revolution know what it is to witness the diffuseness and the decentralized character of power, which, in more stable periods, seems to be firmly implanted at the top of the different pyramids of decision-making.

We know so little about this new power resulting from modern technology that I do not dare go further. But let us not pretend that we can think without discontinuity about the changes which have occurred in the past 30 years. The well-known anthropologist, Margaret Mead, goes as far as to say that all those who were born before World War II are today "immigrants in time". As immigrants then, let us not draw false securities from the land (time) of which we were previously inhabitants. As immigrants, let us not pretend that our lives have not changed and that we can continue with the same values and criteria as before.

It is, therefore, as immigrants discovering a new land that we should approach the rôle of mass media and their contribution to peace. To my knowledge, very little has been done on a broad scale and in a fully scientific manner to analyse this new power. There is, therefore, a whole new field for research, for interdisciplinary analysis and for psycho-sociological interpretation. This is why the Portuguese delegation asks: Can Unesco proclaim a declaration on the rôle of mass media before this work of study and research has been carried out? Can Unesco - the world-wide platform for the consideration of culture, science and education - ignore the underlying complexity of the nature and rôle of the mass media and like some well-intentioned association of good people preach certain norms of behaviour which it feels the media should adopt?

It is the deep conviction of the Portuguese delegation that Unesco should be a pioneer in undertaking a study of the power of the media, based on the premises



have just mentioned. That - and only that - could be, at this moment, an activity worthy of the rôle Unesco has to play in dealing with key issues of culture today. That - and only that - could be the Organization's own specific expression in contributing to the establishment of a new international economic and social order in the field of the rôle of the mass media.

Meanwhile, there are steps to be taken in a pragmatic way which, in due time, will bear fruit and will make a declaration on the rôle of mass media concerning peace, international co-operation and the struggle against war and racism a document attuned to reality. I am referring, particularly, to the draft resolutions submitted by several countries. It was in this perspective that Portugal co-sponsored document 19 C/5/DR.19 submitted by Tunisia, as one step along that road.

If there were strong pressures for the adoption of a declaration on the rôle of mass media in the near future, I would have to ask a few questions related to certain aspects which are totally absent from the present draft text. For example, is it harmless for peace, Mr. Chairman, to have mass media which, in all regions of the world, give priority to the capacity to have and to possess rather than to be and to live? Is it harmless for international understanding to continue in a planetary era, with mass media which maintains a provincial, if not nationalistic approach, confining the mentalities of people to their own particular corner of the world? Is it harmless for the struggle against war propaganda to continue to exhibit, from all parts of the world, television films on wars that have taken place in the past? Is it harmless for the eradication of racism to have mass media which ignore the marginal people, the voiceless members of their societies?

These questions are just the most obvious ones. You can see, Mr. Chairman, and fellow delegates, that not only are they absent from the draft before us but they too seem to be moralizing questions! This is a clear indication that we shall have to take a new road if we are to approach this matter satisfactorily.

So, I will end this brief intervention as I started. The present draft declaration does not seem to us to fulfil the purpose for which it was designed. The rough outline I have just given points to the main reasons why we consider the draft before us as inadequate. Therefore, we suggest that the discussion and the adoption of a declaration on the rôle of the mass media in the strengthening of peace and international co-operation be adjourned until a later session of the General Conference. But, above all, we would request the Director-General to take whatever steps are required to carry out a more up-to-date analysis of the rôle of the mass media, taking into account all the substantive arguments invoked in this debate.



(Anexo B)

84. The PRESIDENT:

I thank the distinguished delegate of Syria and call upon the distinguished delegate of Portugal.

85.1 Mme PINTASILGO (Portugal) :

Merci, Monsieur le Président. Je donnerai comme mes collègues une explication de vote à propos d'un vote qui n'a pas eu lieu. J'aimerais dire quelques mots de l'importance que ma délégation attache à cette résolution et à la déclaration que nous adopterons lors de la vingtième session de la Conférence générale.

85.2 Ma délégation a essayé, au cours du débat qui a eu lieu en Commission III, d'évoquer les questions de fond que pose le rôle des mass media dans le renforcement de la paix. Nous avons souligné que, pour nous, il ne s'agissait pas seulement d'un affrontement de positions politiques, mais qu'il y avait là d'autres questions, notamment un problème immédiat qui est le déséquilibre entre le nord et le sud. Des résolutions ont été adoptées pendant la présente session de la Conférence générale, que nous considérons comme des étapes vers la grande déclaration finale. Mais il reste la question du fond qui, elle, est d'ordre épistémologique, sociologique, culturel, ainsi que politique stricto sensu. Et sans vouloir me ranger du côté de très grandes puissances, j'aimerais demander à mon tour que l'intervention de ma délégation en Commission III soit reproduite dans les actes de la Conférence générale.

85.3 Cela dit, nous aimerions faire deux petites suggestions. La première concerne le paragraphe 1 du dispositif de la résolution que nous venons d'adopter. Nous estimons tout d'abord que l'autorité dont a fait preuve le Directeur général et les efforts qu'il a déployés à tous les stades du C-12 s'agissant de la présente session ou des réunions et des échanges de vues préalables à cette session permettent à toutes les délégations de lui accorder leur entière confiance et de le remercier profondément. Tout à l'heure, le délégué des Pays-Bas a parlé de la nécessité de faire appel, dans le cadre des consultations élargies prévues, à des experts non gouvernementaux, et notamment, m'a-t-il semblé, à des experts professionnels ; j'aimerais suggérer au Directeur général que cette consultation s'étende aussi aux sociologues et à d'autres types d'experts, qui puissent envisager la question dans son ensemble, y compris le rôle que les mass media jouent en fait dans l'opinion publique et dans la formation de la pensée.

85.4 Ma deuxième remarque concerne le paragraphe 2 du dispositif, où nous aurions souhaité qu'un appel soit lancé aux Etats membres. Il est dit en effet dans ce paragraphe que le Directeur général présentera aux Etats membres, en temps opportun, le projet de déclaration. Or l'expérience nous a très souvent enseigné que les réunions d'"experts" ou les consultations des Etats membres se placent plutôt au niveau politique stricto sensu qu'au niveau des experts. Aussi, voudrais-je lancer un appel à tous les Etats membres pour que leurs réponses au Directeur général se situent non seulement au niveau politique bien entendu, puisqu'elles viendront d'Etats, mais surtout au niveau culturel, où se situe le rôle essentiel de l'Unesco. Merci, Monsieur le Président.



S



R

MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
JUNTO DA UNESCO
1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
TÉL. 734.00.86 - 734.02.36

(Anexo C)

20ème CONFERENCE GENERALE

COMMISSION IV - Point 12 (20C/94) - Rapport intérimaire de la
Commission internationale d'étude des problèmes
de la communication.

Fundação Cuidar o Futuro

Intervention de Madame M.L. PINTASILGO

Paris, le 14 novembre 1978





MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
JUNTO DA UNESCO
1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

Monsieur le Président,

Lors de la 19ème Conférence Générale à Nairobi, la délégation de mon pays a exprimé clairement qu'à son avis la question de la communication (ou des mass-media) ne pourrait être envisagée au sein de l'UNESCO sur la seule base de principes connus et acquis, mais qu'il s'agissait d'un nouveau pouvoir et que, comme tel, la communication devrait être étudiée dans toute sa complexité. Nous sommes heureux de constater que la création de la Commission McBride et son rapport intérimaire témoignent du bien-fondé de cette conviction.

Fundação Cuidar o Futuro

Nous avons devant nous un rapport d'une qualité exceptionnelle. Il pose tout l'éventail des problèmes de la communication dont la complexité n'en devient que plus évidente. Par ce fait, il mérite déjà tout notre appui, tellement il devient fréquent, à notre époque, d'escamoter les vraies questions. Certes, il y a dans le rapport des répétitions au niveau des analyses mais il est encore trop tôt pour avoir une synthèse.

Mon pays est très intéressé par ce rapport qui est en ce moment étudié par les groupes socio-professionnels liés à la communication, par des intellectuels, par des services privés et des départements d'Etat. Nous espérons contribuer aux travaux de la Commission dans la mesure de nos capacités et de nos expériences et dans les délais prévus.



S



R

MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
JUNTO DA UNESCO
1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

I - L'ENJEU D'UN NOUVEL ORDRE INTERNATIONAL DE L'INFORMATION.

Le rapport intérimaire se termine par l'affirmation des conditions vers un nouvel ordre international de l'information.

Il faut - ce n'est que trop évident, comme l'ont souligné nos collègues d'Algérie, d'Uruguay, du Vénézuéla et d'autres tout à l'heure - que ce nouvel ordre conduise à une meilleure distribution des moyens et des canaux d'information. La dénonciation du "colonialisme" de l'information, le frappant déséquilibre des possibilités en matière de communication, la dépendance de la majorité des pays à l'égard des réseaux d'information dont un petit groupe de nations est le seul détenteur, sont des aspects que l'on a maintes fois soulignés et qui, pour notre part, plaideraient à eux seuls pour un Nouvel Ordre international de l'information.

Ce serait trop peu de réduire le nouvel ordre de l'information à un simple agencement quantitatif qui équilibrerait le flot de l'information entre le Nord et le Sud.

Il s'agit aussi d'autre chose. Le rapport le dit clairement. Au § 125, l'affirmation est sans équivoque : "Les media d'aujourd'hui forment des programmes mentaux".

Cela veut dire qu'ils véhiculent des modèles de société, des styles de vie, des valeurs et des comportements. Cela veut dire qu'ils s'imposent à l'identité culturelle pré-existante, soit en s'y affrontant radicalement soit en l'érodant dans ses fondements psycho-sociologiques.





MISSÃO PERMANENTE DE PORTUGAL
JUNTO DA UNESCO
1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

La société est alors façonnée par des éléments qui lui sont foncièrement étrangers. Sa capacité de développement endogène est radicalement mise en question par ceux-là mêmes qui en devraient être les premiers artisans. Sa place dans l'interaction des cultures est ainsi menacée ou réduite à quelques expressions superficielles et folkloriques. D'emblée s'estompent et le processus interne conduisant à un projet socio-culturel original et les relations internationales en égalité d'autonomie culturelle.

C'est à ce niveau-là que se situe pour nous le nouvel ordre international de l'information. Nous le considérons essentiel pour que les sociétés (ces "sociétés en mal d'elles-mêmes" dont parlait le Président Valéry Giscard d'Estaing et qui appartiennent autant à l'hémisphère Nord qu'à l'hémisphère Sud) redeviennent capables de se produire elles-mêmes, de faire face à leur évolution historique et de se donner un destin mobilisateur des hommes et des femmes et intégrateur de tous les efforts qui s'y exercent.

II - LA COMMUNICATION EN TANT QUE POUVOIR

Les § 241 et 242 du rapport soulignent les principes fondamentaux acquis et les orientations opérationnelles que l'on pourrait suivre pour l'établissement d'un nouvel ordre international de l'information. Il s'agit d'un contenu à la fois conceptuel et pratique de ce nouvel ordre international de l'information.

Il nous semble, cependant, que le rapport intérimaire ouvre d'autres perspectives qui vont plus loin surtout dans la mesure où elles posent sans équivoque le besoin d'un rééquilibrage aussi bien intranational qu'international (§ 186) et où elles affirment, notamment au § 129, que tous les paramètres de la communication "sont des choix de société".





MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
 JUNTO DA UNESCO
 1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
 TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

Quoique le parallèle établi avec le nouvel ordre économique international (§ 239) soit justifié, il nous semblerait limitatif des pas à donner que de pousser un tel parallélisme trop loin.

Le fait économique est déjà porteur de théories toutes faites et de 200 ans d'industrialisme. (Je dis bien "industrialisme" et non industrialisation car je me réfère ici à l'idéologie sous-jacente au processus d'industrialisation, quel que soit le régime politique où elle s'insère). Résorber ses excès ou ses déformations est une entreprise indispensable mais dont la pratique des 4 ans écoulés depuis l'Assemblée Générale extraordinaire de l'ONU en 1974 montre déjà les écueils, les détours et les falsifications technocratiques.

Par contre, la communication, dans les expressions rendues possibles par l'industrialisme, est pour le moment assez indépendante de théories qui la constituent d'ores et déjà en fait autonome et régulateur de la vie sociale, même si dans la pratique elle joue un tel rôle.

Or, c'est dans cet entre-deux - dans le creux entre une pratique débordante de phénomènes et d'évènements et une théorie à peine ébauchée - que nous voyons s'inscrire les travaux de la commission McBride et que nous estimons que l'UNESCO commence à faire une percée vers une théorie nouvelle de la communication en tant qu'axe du développement d'une société.

C'est à cette lumière que nous voyons le lien entre communication et culture indiqué dans les § 131 et suivant. Dans l'ampleur que lui donne le rapport, la communication serait, pour ainsi dire, "la respiration de la culture" ou sa mouvance même.





MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
 JUNTO DA UNESCO
 1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
 TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

Parce qu'un tel lien nous semble fondamental, nous tenons à souligner le rôle de la communication dans la vie culturelle, tel qu'il est indiqué au § 132 : "Les moyens de communication renforcent normalement l'identité culturelle des peuples et des communautés, particulièrement: (i) si l'on considère l'identité culturelle (...) comme une volonté de participation et de partage, étant entendu que ceci suppose que l'on ait à partager quelque chose d'unique, d'authentique (...); (ii) si la communication est comprise dans son sens étymologique de partage, d'échange, de mise en commun; (iii) si l'on se fait de la culture une conception très large (...) englobant l'éducation, l'art, la science, la compréhension totale du monde et de la vie."

Nous ne pouvons qu'appuyer de telles affirmations qui nous apparaissent comme le cadre conceptuel correspondant aux réalités à l'oeuvre dans toute société et, par ce fait même, capable de nous conduire à un nouvel ordre international de l'information.

Ma délégation disait à Nairobi que l'on ne pouvait pas aborder la question des mass-media (ou de la communication) en s'appuyant seulement sur des intentions et voeux moralisants. Le rapport McBride vient confirmer cette approche. Dans le § 3, le rapport fait une affirmation d'une très grande signification : "La communication fait problème, tout d'abord parce qu'elle est en retard, dans ses principes, ses paramètres et son développement, par rapport aux changements qui interviennent et aux aspirations qui se manifestent dans la vie politique et socio-économique de nombreux pays comme à l'échelle internationale".





MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
 JUNTO DA UNESCO
 1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
 TÉL. 734.00.86 - 734.02.38

La question qui se pose est celle de savoir si le retard indiqué est un handicap qu'il faut vaincre seulement par des aménagements successifs ou si le décalage vérifié ne permet pas de changer ce retard en un atout.

En effet, la communication se trouve à un carrefour décisif. Si, comme le dit le rapport, "la communication est co-extensive à la société tout entière et présente dans chaque élément du système social", il y a raison de penser que le pouvoir qu'elle représente doit être articulé avec tous les autres pouvoirs agissant dans la société.

La question de l'équilibre entre les différents acteurs de la communication ne pourrait pas ainsi être examinée à la seule lumière du libéralisme classique.

Fundação Cuidar o Futuro

Si l'affirmation du droit à communiquer et à s'exprimer librement demeure un idéal démocratique toujours à atteindre, elle doit être complétée par l'affirmation d'un principe de justice capable de pallier à la situation où une minorité est la seule à pouvoir "informer, émettre et s'exprimer" tandis que la majorité reste "récepteur passif".

III - INFORMATION, DEVELOPPEMENT, PARTICIPATION

Mais quelle est alors la signification de la nouvelle conception de la communication?



.../...



MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
 JUNTO DA UNESCO
 1, VILLA DE SÉCUR - PARIS VII
 TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

Le rapport dont nous sommes saisis ouvre des voies. Je ne retiendrai que les points qui sont formulés de façon interrogative et qui sont pour mon pays des questions fondamentales sur lesquelles nous aimerions que la commission développe sa réflexion.

1. Au § 155 la première question :

"Quels types de pratiques et de structures en matière de communication sont nécessaires pour inciter les peuples à participer de façon réelle et active à la prise en charge de leur propre développement?"

Et le rapport ajoute : "Quel est le sens d'une 'autre information' pour 'un autre développement'?"

Cette question est pour nous fondamentale. Elle pose en même temps et dans le même mouvement la question de l'information et celle du développement. Car tout se tient.

Il va sans dire que nous nous situons dans une interprétation du développement qui dépasse le seul développement économique. Il est pour nous "la capacité qu'a une société donnée, de faire face, de façon dynamique, à sa propre évolution historique".

Un tel processus est intrinsèquement un processus de communication, de partage, d'écoute, d'expression des aspirations et de construction commune par tous les réseaux possibles, d'interaction entre les personnes, les groupes, les communautés d'intérêts, les pouvoirs publics.





MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
JUNTO DA UNESCO
1, VILLA DE SÉCUR - PARIS VII
TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

Un tel processus est aussi un processus planétaire. Il engage, en même temps, tous les partenaires possibles. L'isolement d'une société que l'on regarderait de l'extérieur est ainsi exclu. Même à notre insu c'est toute l'humanité qui est engagée dans le processus de développement ayant lieu dans une région quelconque de la planète.

L'information est co-extensive à tout ce processus (dans l'espace et dans le temps) - les pratiques de la communication qui la réduiraient ou la maintiendraient dans un écoulement mesuré de nouvelles et de signes dans une seule direction nieraient au départ la solidarité fondamentale entre les peuples.

2. La deuxième question se trouve formulée à deux reprises, quoique de manière légèrement différente, aux § 102 et 129. Elle concerne le rapport entre l'activité des professionnels de la communication et les conditions de participation de tous les citoyens à la communication.

Il me semble que l'on touche une question-clé pour tout processus de démocratisation.

Nous considérons, à partir de notre expérience, que la participation de tous n'est possible que dans la mesure où il existe une classe professionnelle qui, ici comme ailleurs, soit au service du peuple, de la société et non de groupes privilégiés. De même la classe professionnelle ne peut exister que si elle peut fonctionner comme caisse de résonance des micro-réalités qui traversent le corps social et se veut mécanisme de rétroaction par rapport à tout malaise ou aspiration du tissu social.





MISSAO PERMANENTE DE PORTUGAL
 JUNTO DA UNESCO
 1, VILLA DE SÉGUR - PARIS VII
 TÉL. 734.00.66 - 734.02.36

Entre la professionalisation et la participation il y a ici, peut-être plus qu'ailleurs, tension dialectique, qui ne peut être résolue que dans la référence continuelle à la société dans son ensemble. (Remarquons, par exemple, l'aspect presque exotique, parce qu'exceptionnel, de poser des questions dans la rue à tout passant... Mais à qui sommes-nous intéressés? Qui communique avec qui? Dans la mesure où la communication se confine à l'Etat, ou à la classe dirigeante, qu'elle soit économique ou politique, elle coupe la participation et contribue à la désintégration du corps social).

Monsieur le Président,

En posant des questions essentielles, le rapport intérimaire n'accomplit pas seulement une grande partie de la tâche qui lui était assignée. En donnant corps et substance à un nouvel ordre international de l'information, il renforce l'identité de l'UNESCO, rend ses objectifs urgents et replace l'Organisation dans une de ses dimensions fondamentales - un creuset de cultures où la pensée de tous les hommes et de toutes les femmes se fond pour faire de nouvelles percées dans le monde de demain.

Ainsi la convivialité entre les peuples pourra devenir graduellement, par la communication, une communion de chacun au tout, de tous les uns aux autres.

Merci, Monsieur le Président.

